Maria João Rodrigues*

Análise Social, vol. XXI (87-88-89), 1985-3.º-4.º-5.º, 679-733

O mercado de trabalho nos anos 70: das tensões aos metabolismos

Os anos 70 ficarão marcados por uma ruptura profunda no funcionamento do mercado do trabalho português. Não basta aludir a um indicador-vedeta como o desemprego em rápido surto. Apesar de «novidade», ele é demasiado incaracterístico no contexto da crise internacional. Há aliás quem pergunte como foi possível mantê-lo com «proporções europeias», tamanhos foram os afluxos de oferta de trabalho depois de 1974.

Mas por detrás deste número oculta-se uma transformação generalizada dos processos de utilização, circulação e produção de força de trabalho, decorrente sobretudo das mudanças institucionais do pós-25 de Abril. É procurando dar conta dessa transformação que iremos caracterizar as alterações de estrutura e os fluxos gerados nas zonas empregada, desempregada e inactiva da população. Este diagnóstico parcelizado permitirá, em seguida, reconstituir a dinâmica de conjunto do mercado de trabalho, de forma a retirarmos algumas ilações sobre a recomposição das classes sociais.

No quadro tradicional das fronteiras disciplinares, a análise económica do mercado de trabalho e a análise sociológica das classes sociais são planos que não se interceptam e linguagens que não se compreendem entre si. Mais recentemente, porém, têm vindo a acumular-se tentativas de romper barreiras[1], dando origem a um *corpus* teórico heterogéneo, mais economicista, ou mais sociologista, mas sugestivo. É nele que nos inspiraremos para mostrar como a análise do mercado de trabalho é uma mediação necessária para perceber a relação entre as mutações do aparelho produtivo, por um lado, e das classes sociais, por outro. Ao cabo e ao resto, a constelação «burguesia-classe operária-nova pequena burguesia-pequena burguesia tradicional»[2] está presente, embora de forma desigual, nos diferentes sectores da actividade económica. Ao tomarmos o mercado de trabalho como objecto, estaremos a centrar-nos obviamente sobre a classe operária e a nova pequena burguesia: mas estes não serão então conceptualizados enquanto «trabalhadores», de acordo com o código económico ortodoxo,

---

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

1 Reportamo-nos a autores de proveniências diversas, entre os quais: Massimo Paci, *Mercato del lavoro e classi sociali in Italia*, Bolonha, ed. Il Mulino, 1973. Cassasus-Montero, «Le marché du travail comme niveau d'analyse de la structure de classes», in *Sociologie du Travail*, Paris, n.º 2, Abril-Junho de 1981, pp. 231-239. Henri Bartoli, «Pertinence et actualité du concept de plein emploi», *in* Bartoli (coord.), *Population, Travail, Chômage*, Paris, ed. Economica, 1982. I. Berg (coord.), *Sociological Perspectives on the Labor Market*, Nova Iorque, Academic Press, 1981.

2 Tomámos por referência o quadro teórico já ensaiado no caso português por João Ferrão, «Evolução e estrutura regional das classes sociais em Portugal (1960-70)», in *Finisterra*, Lisboa, n.º 34, 1982, pp. 223-265.

mas enquanto «classes assalariadas», de acordo com o código sociológico que privilegiámos. Essa articulação de perspectivas permitirá ter em conta as relações destas classes sociais com as outras e, simultaneamente, discriminar as suas diferenciações internas, decorrentes da própria dinâmica do mercado de trabalho.

Ressaltará desta análise que não há um, mas antes uma pluralidade de mercados de trabalho, embora seja possível apreender uma lógica de fundo que lhes é comum: a do processo de assalariamento e da transformação da relação salarial.

1. REESTRUTURAÇÃO DO EMPREGO E RECOMPOSIÇÃO DAS CLASSES ASSALARIADAS

De acordo com os dois últimos *Recenseamentos Gerais da População,* o volume de emprego evoluiu de 2 988 170 em 1970 para 3 659 938 em 1981[3]. Explicar este saldo positivo de 671 768 postos de trabalho e, portanto, uma taxa anual média de crescimento de 2,2%, algo insólita no contexto da zona da OCDE[4], implicaria dois tipos de abordagem da dinâmica do mercado de trabalho:

1) Analisar as transformações da estrutura do emprego que estão envolvidas nesse acréscimo de volume;
2) Analisar os fluxos de mão-de-obra que produziram essas transformações de estrutura.

Esta distinção metodológica entre «*stocks*» e *fluxos de mão-de-obra* traduz para o plano da conceptualização do mercado de trabalho a mesma intenção heurística que preside à distinção entre *lugares e fluxos de agentes de classe,* já proposta por Poulantzas, no domínio da teoria das classes sociais.

Uma tal distinção é fundamental na medida em que um determinado *stock* de postos de trabalho, ou de indivíduos empregados, pode ser o resultado de combinatórias de fluxos de entrada e saída muito diferentes. O acréscimo de emprego registado ao longo da década de 70 nada nos diz, em si, sobre o volume de indivíduos que entraram e saíram do mercado de trabalho e sobre o volume de postos de trabalho que foram criados e suprimidos durante o mesmo período. Só uma abordagem deste tipo permitiria seja apreender as relações complexas que se teceram entretanto entre os sectores empregado, desempregado e inactivo da população, seja diferenciar os *processos de mobilização e de rejeição de mão-de-obra* pelos diversos sectores de actividade (e, a um nível mais desagregado, pelas empresas): em que medida recrutaram eles entre inactivos, desempregados ou empregados? E que categorias de população foram recrutadas? As já conhecidas insuficiências da nossa informação estatística em matéria de mobilidade social, nas suas diferentes formas, não nos permitem

---

[3] Dados relativos ao continente segundo INE, *XI* e *XII Recenseamentos Gerais da População.*

[4] Durante o período de 1973-80, marcado por uma dinâmica de crise, essa taxa foi de — 0,5% (RFA), 1,1% (Austrália), 0,3% (Áustria), 0,0% (Bélgica), 0,8% (Dinamarca), 2,2% (EUA), 0,2% (França), 1,1% (Itália), 0,8% (Japão), 2,1% (Noruega) e 0,1% (Reino Unido); cf. OCDE, *Statistiques de la population active,* Paris, diversas edições.

porém ir muito longe por esta via: teremos assim de nos limitar a uma análise em termos de estrutura de *stocks*, procurando, sempre que possível, caracterizar os fluxos que ela pareça sugerir.

1.1 AS LINHAS DE FORÇA DA REESTRUTURAÇÃO DO EMPREGO

Dois traços decisivos marcam a transformação da estrutura sectorial do emprego nesta década (ver quadro n.º 1): regressão absoluta e relativa marcada da actividade agrícola e avanço generalizado do terciário nas suas duas acepções[5]: o «sector terciário» e as «actividades terciárias», presentes portanto também nos sectores primário e secundário.

Não obstante a modernização dalguns dos seus segmentos, a actividade agrícola sofreu um efectivo processo de regressão, na medida em que a quebra do emprego — embora este esteja muito subavaliado no que respeita os familiares não remunerados — foi também aí acompanhada por um avanço diminuto da produtividade (ver quadro n.º 2), assim como, aliás, pelo agravamento do défice alimentar nacional. Este processo é igualmente indiciado pelo avanço da feminização, combinado com o alastrar de trabalhadores por conta própria no sector (ver quadro n.º 4): crescentes segmentos da agricultura portuguesa estarão a funcionar como suporte para as «estratégias de retaguarda»[6] de trabalhadores assalariados que, por via duma divisão de trabalho nos grupos domésticos, conservam a «ligação à terra»: e as mulheres são cada vez mais os protagonistas dessa resistência ao assalariamento integral. Abreviando, se a actividade agrícola registou ainda alguns fluxos de entrada — sobretudo de categorias específicas, como retornados das ex-colónias e dos países de emigração —, a tendência forte é de fluxos de rejeição, mas rejeição por vezes conciliatória[7].

A proliferação do terciário, por seu turno, é bem a expressão das transformações institucionais profundas que atravessam o período. Com efeito, os grandes acréscimos relativos e absolutos de volume de emprego registam-se justamente (ver quadro n.º 1):

Na Administração Pública, relacionados com a extensão e a complexificação das formas de intervenção do Estado e intensificados pelos recrutamentos decorrentes das sucessivas substituições governamentais;

Nos serviços de educação e de saúde, relacionados com o alargamento da intervenção do Estado nos processos de (re)produção da força de trabalho;

Nos sectores do comércio, restaurantes, serviços de saneamento e limpeza, lavandarias e tinturarias, assim como os anteriores, relacionados com os processos de urbanização e de socialização do trabalho doméstico;

---

[5] Distinção proposta por Alain Lipietz, «Le tertiaire, arborescence de l'accumulation capitaliste: prolifération et polarisation», in *Critiques de l'Economie Politique*, n.º 12, Julho-Setembro de 1980, pp. 37-69. O autor propõe também aqui como definição, pela negativa, de «terciários» os sectores ou as actividades cuja função «não é valorização do capital através da produção material».

[6] Como nos é ilustrado por António Costa, «Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros», neste número da *Análise Social*.

[7] Ver o peso da pluriactividade com base na agricultura, comentada por João Ferrão, «Recomposição social e estruturas regionais de classe (1970-81)», neste número da *Análise Social*.

Nos sectores dos bancos e dos seguros e dos transportes aéreos e das comunicações, relacionados com a expansão e sofisticação destes sistemas, por um lado, e com a mudança nas «políticas de pessoal» decorrentes das nacionalizações, por outro (ver quadro n.º 6).

Quanto à taxa de assalariamento no sector terciário, a tendência de fundo, embora lenta, foi para o seu reforço (ver quadro n.º 3), ainda que com algumas excepções, significativas das potencialidades — oficiais e clandestinas — da «nova» pequena burguesia tradicional: referimo-nos aos sectores dos transportes terrestres, serviços prestados às empresas, aluguer de máquinas e de equipamento, serviços de reparação e, no caso das mulheres, o comércio a retalho.

A característica mais marcante da expansão do terciário é, contudo, o processo de mobilização de mão-de-obra feminina que ela desencadeou[8] (ver quadro n.º 4), reforçando as taxas de feminização na quase generalidade dos sectores, e cujo exemplo paradigmático é o sector da educação: aí se conciliam estratégias empresariais (públicas e privadas) de baixos salários com as estratégias individuais de recurso a um emprego de horário reduzido e flexível, compatível com as funções domésticas.

Na indústria transformadora, o crescimento do volume de emprego foi, em contrapartida, mais lento e desigual (ver quadro n.º 1), acusando alterações no padrão de especialização industrial e na articulação do aparelho produtivo com a procura interna e externa: se alguns sectores registaram uma redução de mão-de-obra, como as indústrias da madeira, da cerâmica e as básicas de ferro e aço, outros sectores mais do que duplicaram o volume inicial de emprego, na sequência ou de grandes operações públicas de investimento, ou duma certa animação do mercado interno de consumo no imediato pós-1974, ou, ainda, de novas oportunidades de exportação que foram entretanto criadas. É o caso dos sectores de bebidas, do mobiliário, de outros produtos químicos, dos derivados de petróleo, dos artigos de matérias plásticas, de outros produtos minerais não metálicos, de metais não ferrosos, de máquinas e material eléctrico, de material de transporte e de instrumentos profissionais e científicos.

Uma das condicionantes decisivas destes fluxos de recrutamento de mão-de-obra terá sido a própria natureza dos investimentos realizados no período: os *investimentos de adição*[9] predominaram sobre os *investimentos de substituição.* A extensão das nacionalizações a alguns destes sectores (ver quadro n.º 6) terá também contribuído para aí introduzir uma outra lógica de ajustamento entre os objectivos empresariais de produção e a utilização de força de trabalho. Finalmente, a disponibilidade de amplas reservas de mão-de-obra, nomeadamente feminina, aceitando baixos níveis de salários, terá facilitado a expansão, seja de sectores como a fabricação de instrumentos científicos e profissionais, de material eléctrico, de minerais não metálicos, de derivados de petróleo, como é sugerido pelo importante aumento relativo das taxas de feminização (ver quadro n.º 4), seja de

---

[8] Para uma metodologia de análise deste fenómeno cf. Patricia Bouillaguet-Bernard e outros, *Femmes au travail: prospérité et crise,* Paris, ed. Economica, 1981.

[9] Enquanto os primeiros aumentam simultaneamente a capacidade de produção e o emprego, os segundos suprimem emprego sem aumentar muito essa capacidade. Para esta distinção sobre os diferentes tipos de combinações produtivas cf. C. Sautter, «Investissement et emploi dans une hypothèse de croissance ralentie», *in* OCDE, *Les determinants structurels de l'emploi et du chômage,* Paris, 1979.

sectores tradicionalmente feminizados (vestuário, curtumes, calçado) onde essas taxas aparecem reforçadas em 1981. Assinale-se, porém, que, simultaneamente, após 1974, se tem verificado nalguns sectores uma tendência à travagem do recrutamento de mão-de-obra feminina.

Mas, em termos absolutos, foi o sector da construção civil que mais expandiu o seu volume inicial de emprego, o que decorre quer do seu carácter intensivo em mão-de-obra, quer do acréscimo de certos segmentos da procura (os emigrantes nomeadamente), quer ainda da quase inexistência de *barreiras à entrada,* em termos de concorrência. A sua função de amortecimento do desemprego declarado e a sua receptibilidade à proliferação de trabalho clandestino são bem ilustradas pelo crescimento, quase único no período, da percentagem sectorial de trabalhadores por conta própria (ver quadro n.° 4).

Verificadas estas transformações na estrutura de emprego entre 1970 e 1981, fica no entanto por conhecer a rede de fluxos de mobilidade intersectorial e interprofissional da mão-de-obra. Que sectores recrutaram, por exemplo, a mão-de-obra que abandonou a actividade agrícola?

Por outro lado, estas tendências de longo prazo encobrem não só a descontinuidade ante e pós-1974, mas também importantes diferenças de ritmo conjuntural ao longo do período. E encobrem sobretudo que no início da década de 80 há outras tendências de fundo que parecem insinuar-se, o que pode deduzir-se de indicadores mais sensíveis, embora menos fiáveis, extraídos do *Inquérito Permanente ao Emprego* do INE e do *Inquérito ao Emprego do Ministério do Trabalho* (ver quadros n.ºs 5 e 6). Ambas as fontes convergem para atestar, a partir de 1981, uma inversão de tendência no sentido do declínio nos níveis de emprego, seja total, seja do conjunto das indústrias transformadoras e da construção civil. Além disso, os índices de emprego retirados do *Inquérito do Ministério do Trabalho* sugerem uma redução, em termos absolutos, da participação feminina na indústria e a nova versão do *Inquérito ao Emprego do INE* acusam um rápido crescimento de trabalhadores por conta própria[10]. Trata-se, em qualquer dos casos, de manifestações típicas duma dinâmica económica de recessão, decorrente dos efeitos acumulados das políticas restritivas dos últimos anos: a capacidade de criação de emprego é asfixiada, os movimentos de rejeição da mão-de-obra começam por atingir as mulheres, o recurso ao trabalho por conta própria, porventura clandestino, expande-se como mecanismo de amortecimento, quer do desemprego declarado, quer da erosão dos salários reais. A década de 80 parece, assim, inaugurar um novo período: o das repercussões da crise sobre o emprego, tal como elas se têm feito sentir, por exemplo, nos países da Comunidade Europeia.

1.2 SEGMENTAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DAS CLASSES ASSALARIADAS

Se nos concentrarmos agora nas classes assalariadas, classe operária e nova pequena burguesia, os movimentos de recomposição revelam-se profundos, nomeadamente após as transformações institucionais do 25 de Abril. Levaremos apenas em conta alguns dos *vectores de segmentação do mercado de trabalho* que cremos, *a priori,* estarem incluídos entre os mais

---

10 INE, *Inquérito ao Emprego de 1983* (folhas de divulgação).

actuantes[11]: a estrutura empresarial, a estrutura de qualificações, as diferenciações salariais, as formas de emprego, as formas de assalariamento e as formas de organização e controlo sindical.

A estrutura empresarial de inserção das classes assalariadas apresenta alterações consideráveis no final da década. Elas resultam, em primeiro lugar, dum processo contraditório de concentração-desconcentração e de centralização-descentralização do capital (ver quadro n.° 7) que se salda, em traços gerais, por uma rarefacção de efectivos na classe de dimensão inferior (1—10), pela sua expansão na classe superior (+ de 100) e por uma certa estabilização nas classes intermédias. Estes traços gerais, no entanto, pouco permitem deduzir sobre os fluxos de criação-supressão de empresas em cada classe, o que seria importante para avaliar nomeadamente a capacidade de resistência das pequenas e médias empresas. Além disso, eles devem ser especificados por sectores de actividade, entre os quais se registem grandes diferenças: se a expansão relativa de efectivos em empresas de maior dimensão (+100) é nítida em sectores como o das bebidas, vestuário e calçado, papel, metalúrgicas de base, material eléctrico, seguros, transportes e comunicações, ela converteu-se em redução de efectivos em sectores como as indústrias extractivas, o mobiliário, os curtumes, os produtos minerais não metálicos e a construção de máquinas; por outro lado, há sectores que manifestam um aumento importante do peso relativo dos efectivos concentrados em empresas de dimensões intermédias (de 10 a 100): é o caso dos sectores que acabámos de citar, assim como os da pesca e do comércio. Note-se, porém, que um avanço de centralização do capital (por via das nacionalizações, por exemplo) pode não implicar um avanço na concentração da produção e, inclusive, encobrir um movimento de desconcentração — contradições que as fontes estatísticas adoptadas não permitem elucidar.

As transformações decisivas — e que, aliás, explicam parcialmente as primeiras — ocorrem, no plano da natureza jurídica das empresas, com tudo o que isso implica do ponto de vista de lógica de mobilização e utilização da força de trabalho[12]. Referimo-nos, evidentemente (ver quadros n.ºs 8, 9 e 10), à extensão do sector nacionalizado e cooperativo (incluindo UCPs), mas também a um eventual reajustamento do peso relativo dos diferentes tipos societários de empresa privada. Dado só dispormos de informação sobre o período mais recente, limitamo-nos a verificar que, por exemplo, em 1981 (ver quadro n.° 10), os efectivos do sector nacionalizado correspondiam a 13% do total de efectivos em empresas com trabalhadores por conta de outrem, ainda que, nos sectores de electricidade, gás e água, transportes e comunicações, bancos e seguros, essa percentagem fosse muito superior (95%, 69% e 57%, respectivamente) e enquanto nas indústrias transformadoras não atingia os 7%. Com efeito, nestas indústrias, assim como, ainda mais vincadamente, no comércio, restaurantes e hotéis, as formas jurídicas de empresa que incorporavam mais efectivos eram, em primeiro lugar, a sociedade por quotas (56% e 64%) e, em seguida, a sociedade anónima (27% e 14%). Ao sector cooperativo, por seu turno, respeitavam

---

[11] Aguardamos entretanto a possibilidade de confirmar ou infirmar esta opção a partir duma análise factorial que conduzimos no âmbito dum projecto colectivo de pesquisa: «Modos de gestão da mão-de-obra assalariada: comparação sectorial e regional.»

[12] Jacques Freyssinet, *Méthodes d'Analyse des structures d'emploi en économie sous-développée*, Grenobla, ed. IREP, 1976.

apenas cerca de 2% do total dos efectivos, mas tinha particular incidência nos sectores da agricultura e pesca (25%) e operações sobre imóveis (13%).

Também a evolução da estrutura de qualificações dos trabalhadores assalariados manifesta importantes inflexões (ver quadro n.º 11) a partir de 1974. A tendência de fundo parece ser a duma promoção hierárquica generalizada tanto no sector secundário como no terciário: à redução do peso relativo dos aprendizes, praticantes e pessoal não qualificado contrapõe-se ao aumento do peso relativo das restantes categorias. Por detrás desta tendência esconde-se, porém, um jogo complexo de movimentos que decorrem, por um lado, da organização do *mercado interno*[13] das empresas e, por outro, da própria ambivalência da noção de *qualificação do trabalho*[14]: com efeito, ela pode reportar-se quer à qualificação do trabalho exercido, quer à qualificação do trabalhador (formação, experiência, saber profissional), quer ainda à qualificação contratual. Ora é este último significado que deve ser atribuído aos indicadores apurados pelo Ministério do Trabalho, se bem que, muito indirectamente, eles possam sugerir pistas de análise ao nível dos outros dois. Por outro lado, a alteração da estrutura de qualificações pode decorrer de movimentos nos canais internos de promoção das empresas ou de movimentos de saída e de recrutamento no exterior, consoante as opções de gestão de mão-de-obra por parte das empresas perante um menor ou maior fechamento do *mercado interno.*

Atendendo a estes considerandos, poderemos avançar, embora com prudência, que a referida tendência de «promoção generalizada» é o resultado de diferentes componentes com um peso muito desigual. A componente decisiva é, no fundo, (*a*) um amplo movimento de promoção interna por via da contratação colectiva, traduzindo, não uma mutação dos sistemas de trabalho, mas uma forma enviezada de conquistar aumentos salariais; evidentemente, os canais de promoção são complexos e descontínuos e nem todos se abrem por pressão sindical: este movimento operou sobretudo pelos canais que ligam as categorias de aprendizes, praticantes e pessoal não qualificado às categorias de pessoal comercial e administrativo, por um lado, e, por outro, às subcategorias inferiores do pessoal de produção (particularmente inflacionadas nas indústrias transformadoras).

As outras componentes terão tido um impacte bem mais reduzido, embora difícil de ponderar: (*b*) a promoção por via da formação escolar ou extra-escolar pode ter tido incidência sobretudo nos reajustamentos internos da categoria de pessoal administrativo, na medida em que se verifica uma rarefacção do seu nível inferior. A (*c*) reorganização de sistemas de trabalho, por razões técnicas ou de enquadramento, poderá, em parte, explicar nomeadamente a expansão das subcategorias dos altamente qualificados chefes de equipa e encarregados, assim como da categoria de pessoal técnico. Por fim, (*d*) a requalificação dos colectivos de trabalho pelo recrutamento externo parece ter-se operado cada vez menos por entradas de novos trabalhadores ao nível de aprendizes e praticantes, categorias que se revelam progressivamente marginalizadas como vias de acesso ao emprego.

---

[13] Noção introduzida por P. B. Dioringer e M. J. Piore, *Internal labor markets manpower analysis*, Lexington, D. C. Health, 1971.

[14] Para um debate sobre este problema cf. Michel Cézard, «Les qualifications ouvrières en question», in *Économie et Statistique*, Paris, n.º 110, Abril de 1979, pp. 15-36.

Paralelamente a esta recomposição da estrutura das classes assalariadas por níveis de qualificação decorreu também um processo de modulação das diferenciações salariais (ver quadros n.os 12 e 13), por qualificação, sexo, actividade e regiões[15], accionado pela dinâmica da contratação colectiva: numa primeira fase, em que essa dinâmica foi no sentido da homogeneização contratual e do acompanhamento dos sectores reivindicativos motores, verifica-se uma tendência à redução dessas diferenciações. A partir de 1978 passam a predominar as tensões no sentido do seu alargamento, embora novamente atenuadas a partir de 1980. Seria, no entanto, necessário reconsiderar esta análise, tendo em conta o peso crescente de fenómenos do âmbito da economia subterrânea, como a sobre e subdeclaração das remunerações.

A década de 70 foi também fértil na redefinição e na proliferação de novas formas de emprego[16]. À institucionalização pós-1974 duma nova forma típica de emprego, caracterizada por garantias de estabilidade, veio a seguir-se uma reorientação crescente da criação de emprego para formas precárias, legais ou clandestinas, que comprometem os direitos adquiridos quanto aos despedimentos, greves, actualização salarial, acesso a férias pagas, segurança social, etc. Os quadros n.os 14 e 15 revelam-nos a existência de sectores particularmente vulneráveis à precarização e em que o recrutamento a prazo se tornou praticamente a regra geral: é o caso dos têxteis, vestuário, curtumes, químicas e petróleo, borracha, artigos de matérias plásticas, restaurantes e hotéis e sobretudo da construção civil.

Mas as estratégias patronais de fuga ao padrão da relação salarial típica, tirando por vezes partido das próprias conveniências do trabalhador individual, têm vindo a assumir formas de emprego ainda mais degradadas: é o alastramento do trabalho assalariado oculto, particularmente facilitado em sectores que recorrem maciçamente a mão-de-obra não qualificada e abundante, ou que se caracterizam por fortes flutuações sazonais, por requisitos empresariais pouco complexos, ou por tecnologias descentralizáveis (ver quadro n.° 16). É aliás por reunir todos estes atributos que a construção civil se apresenta como o sector mais vulnerável à subversão.

As mutações da segmentação do mercado de trabalho resultam do entrosamento duma profusão de vectores, entre os quais acabámos de destacar alguns. Se os precursores das teorias da segmentação[17] começaram por sugerir representações dualistas do mercado de trabalho (sector primário e secundário, etc.), há hoje tendência, entre novas gerações teóricas[18], para privilegiar uma representação em termos duma pluralidade de segmentos, que atravessam o próprio interior dos sectores de actividade e das empresas e cujas características não tecem relações biunívocas entre

---

[15] A propósito dos movimentos de negociação colectiva que estão por detrás desta evolução ver Eduarda Ribeiro e Henriqueta de Almeida, «Algumas reflexões sobre a dinâmica dos salários de base», *in* conferência sobre *Evolução Recente e Perspectivas de Transformação da Economia Portuguesa,* Lisboa, ed. CISEP-ISE, 1984, vol. II, pp. 915-960.

[16] Conceito apresentado e operacionalizado por François Michon e J. F. Germe, *Stratégie des entreprises et formes particulières d'emploi,* Paris, Seminaire d'Économie du Travail — CNRS, 1980.

[17] M. Reich, D. Gordon e R. Edwards, «Dual Labor markets — a theory of labor market segmentation», in *American Economic Review,* Maio de 1973. G. Cains «The challenge of segmented labor market theories to ortodox theory: a survey», in *Journal of economic literature,* Dezembro de 1976.

[18] Ver síntese recente em Michel Vernières e Dominique Gambier, *Le marché du travail,* Paris, ed. Economica, 1982.

si: a estabilidade dum emprego não implica necessariamente altos salários, assim como estes não implicam necessariamente uma qualificação elevada, etc.

O mercado de trabalho surge-nos, assim, fragmentado de acordo com toda uma gama de combinatórias possíveis. Deste modo, e ainda retomando os vectores de segmentação que seleccionámos, o caso português, no final da década, parece-nos congregar como segmentos mais significativos, do ponto de vista analítico e estatístico, os que procurámos articular na figura 1.

2. QUANDO OS REFORMADOS ENTRAM E AS «DOMÉSTICAS» SAEM...

É no processo de recomposição da população inactiva que as mutações pós-25 de Abril são provavelmente mais profundas. Para o verificar há, porém, que ultrapassar a abordagem mais vulgarizada, que se limita a analisar este sector da população pelas suas manifestações externas — as *taxas de actividade* —, como se não se tratasse dum conjunto profundamente heterogéneo, e inclusive estratificado quanto ao grau de disponibilidade para ingresso no mercado de trabalho[19].

A convulsão é nítida. Ao cabo dum curto período histórico, o peso relativo da categoria «domésticas» passa de 74,4% a 41,3% (ver quadro n.º 17) e, em contrapartida, o peso da categoria «reformados ou aposentados» passa de 5,6% a 28,2% do total da população inactiva com 15 e mais anos. É também de sublinhar o aumento de importância absoluta e relativa das categorias «incapacitados permanentes para o trabalho» e «estudantes». Este reajustamento de estrutura começa por sugerir que, por via da primeira categoria, cresceu a pressão sobre o mercado de trabalho, enquanto, por via das restantes, essa pressão foi reduzida.

A mesma conclusão decorre do exame das taxas de actividade por sexo e grupos etários (ver quadros n.os 18 e 19). Estas taxas devem ser entendidas como indicador de *comportamentos de actividade*[20] que resultam, por um lado, das estratégias dos agentes condicionadas pelas instituições de (re)produção da população (família, aparelho escolar, segurança social, etc.) e, por outro, dos processos de *mobilização-desmobilização* e de *categorização* desta pelo aparelho produtivo — que, por seu turno, se traduzem também em estratégias, as dos «empregadores».

É no comportamento de actividade das mulheres de 20 a 54 anos que se verifica a inflexão mais nítida: 1974 marca um verdadeiro salto, a que se segue uma tendência estável para o crescimento, manifestando o fenómeno de fixação das mulheres no mercado de trabalho e de rigidez à baixa destas taxas de actividade que se vem verificando em quase toda a zona OCDE[21]

---

19 Patrice Bouillaguet-Bernard, *Réserves en main-d'œuvre, concepts et mesures,* Paris, Seminaire d'Économie du Travail — CNRS, 1981.

20 Henri Bartoli, *op. cit.*

21 A verificação deste «salto» das taxas de actividade feminina em 1974 não pode ser completamente confirmada na medida em que não se dispõe de informação relativa ao período de 1971-73. De qualquer modo, com a excepção para o grupo etário dos 20-24 anos a partir de 1979, é incontroverso o fenómeno de «rigidez à baixa», como poderá ser confirmado pelo cálculo da evolução destas taxas por geração (cf. António Brito Ramos e Maria Margarida Abecassis, *Projecção da População Activa do Continente até 1990,* Lisboa, ed. Ministério do Trabalho, série «Estudos», n.º 37, 1979).

Principais segmentos do mercado de trabalho em Portugal pós-1974

(FIGURA 1)

Vectores de segmentação	Segmentos						
	Assalariamento completo				Assalariamento incompleto		
	Núcleo central	Sector estável e com poder negocial	Sector estável e sem poder negocial	Sector instável e sem poder negocial	Núcleo central com alto poder de mercado	Sector estável e sem poder negocial	Sector instável e sem poder negocial
Estabilidade	S	S	S	N	S	S	N
Qualificações raras	S	N	N	N	S	N	N
Salários elevados	S	S	N	N	S	N	N
Controlo sindical	S	S	N	N	S	N	N
Articulação com actividade por conta própria	N	N	N	N	S	S	S
Exemplos	Piloto aéreo Maquinista	Operário metalúrgico Trabalhador bancário	Trabalhador de transportes	Operário da construção civil Empregado de restaurante	Informático Técnico de contas Médico	Funcionário público	Operário agrícola Operária têxtil

Entre a pluralidade de mutações sociais que concorreram para este movimento, e para além da tendência de fundo para a redifinição de papéis no âmbito da instituição família, reforçada pelo contexto pós-25 de Abril, há ainda a destacar: por um lado, o desenvolvimento da protecção e equipamentos sociais e, por outro, a atracção gerada pelo surto de certos sectores de actividade e pela política de fixação de salários mínimos e de complementos de salário. Se tomássemos por referência o debate acerca da predominância, em clima de crise económica, do «efeito trabalhador adicional» ou do «efeito trabalhador desencorajado»[22] sobre a evolução deste comportamento de actividade, teríamos de concluir pela predominância do primeiro. No entanto, este debate pressupõe, dalgum modo, que a mulher tem o estatuto de *trabalhador secundário* ou de *reserva* no quadro do grupo familiar; ora seria de inquirir se, pelo menos em certas *famílias de classe,* não se estará a gerar um esbatimento desta distinção[23].

Já as taxas de actividade dos homens incluídos na mesma faixa etária traduzem uma muito maior estabilidade, com uma tendência para a redução lenta ao longo da década, se exceptuarmos uma subida brusca em 1974 e 1975 no grupo de 20 a 24 anos, resultante, evidentemente, da desmobilização militar.

Quanto aos grupos etários de 10 a 19 anos, de ambos os sexos, estas taxas evoluíram no sentido duma redução, tornando patente que as transformações institucionais que inflectiram o seu comportamento de actividade já vinham do período anterior a 1974, ainda que depois tenham sido prosseguidas e reorientadas. Referimo-nos nomeadamente à extensão da cobertura escolar, cujos resultados podemos observar no quadro n.º 20. Se a taxa de escolaridade do grupo de 10 a 14 anos registou o seu principal crescimento de 1960 para 1970, as taxas dos grupos de 15 a 19 e de 20 a 24 anos traduzem progressos consideráveis tanto nessa década como na seguinte; mas é também na primeira que se atinge uma quase igualdade de *taxas de escolaridade* entre os dois sexos, assim como uma quase complementaridade entre estas taxas e as taxas de actividade — ambas as evoluções exprimindo uma redifinição dos estatutos e das representações sociais dos jovens na sociedade portuguesa. Note-se, no entanto, que uma análise mais qualitativa revelaria os efeitos contraditórios da extensão da cobertura escolar no que respeita a pressão sobre o mercado de trabalho: por um lado, contenção de recursos disponíveis sob a forma de reserva e, por outro, extensão dos fluxos de assalariamento da população e mesmo — atendendo à reforma levada a cabo no ensino secundário — reorientação quase exclusiva da mão-de-obra para vocações terciárias.

Os grupos etários de 54 e mais anos, por seu turno, manifestaram ao longo do período uma tendência para redução lenta das suas taxas de actividade, ainda que esta se tenha acelerado em 1976 para grupo mais idoso e, em 1980 ou 1981, para os restantes grupos. A diferenciação destes ritmos traduz provavelmente o efeito combinado, mas desfasado no tempo, dos dois principais fenómenos explicativos: a reforma do sistema de segurança social conduzindo à explosão do número de pensionistas (ver quadro

---

22 Paul O. Flaim, «Discouraged workers and changes in unemployment», in *Monthly Labor Review,* Março de 1973.

23 M. Agnès Barrère-Maurisson, «Du travail des femmes au partage du travail — une approche des régulations familiales face aux évolutions du travail», in *Sociologie du Travail,* Paris, n.º 3, 1984, pp. 243-253. A autora sugere aqui uma transição no tipo de família dominante: da «famille conjugale» à «famille à deux apporteurs».

n.º 21) e as reacções de *desencorajamento* que caracterizam os trabalhadores mais idosos ao serem rejeitados para o desemprego, dado que a sua *empregabilidade* tende a ser menor.

3. UM DESEMPREGO EM MUTAÇÃO

A expansão do *desemprego declarado* tornou-se a manifestação mais evidente dos novos metabolismos do mercado de trabalho a partir de 1974. Ela resultou, no entanto, de determinantes com diferentes temporalidades e envolveu um contingente populacional que revela importantes alterações de estrutura e de comportamentos ao longo do período. E mais uma vez se tornaria aqui decisivo captar que fluxos provenientes das zonas inactiva e empregada alimentaram ou descongestionaram este contingente. Dadas, porém, as limitações estatísticas actuais, resta-nos procurar inferi-los.

Partiremos do princípio metodológico de que no desenvolvimento desigual do desemprego se encontram sempre imbricadas uma componente *friccional,* uma *conjuntural* e uma outra *estrutural*[24] — que só são diferenciáveis para fins analíticos. Se a componente *friccional* decorre nas próprias «imperfeições» e obstáculos à plena mobilidade e transparência inerentes ao mercado de trabalho, podendo ser reduzida pela intervenção das instituições que enquadram a circulação da mão-de-obra, já a componente *conjuntural* traduz a relação entre o nível de emprego e a variabilidade do nível de actividade económica. A componente *estrutural, por seu turno, respeita aos desajustamentos entre oferta e procura de trabalho do ponto de vista das qualificações, sectores ou regiões: estes desajustamentos podem provir quer de mutações nos processos e instituições de (re)produção da mão-de-obra, quer de mutações no aparelho produtivo e nos modos de utilização do trabalho.*

Por outro lado, teremos também em conta o carácter selectivo do desemprego[25], que se exprime por uma diferenciação dos activos quanto à sua *empregabilidade* e *vulnerabilidade:* estas diferenças não devem, no entanto, ser entendidas apenas como inerentes aos indivíduos enquanto tais (jovens, mulheres, estrangeiros, etc.), mas também enquanto produto de processos de categorização da mão-de-obra pelas empresas: se há empresas que categorizam as mulheres como *trabalhadores secundários,* contratando-as sistematicamente a prazo, há também outras que lhes garantem emprego estável.

É a partir destes critérios que ensaiaremos um primeiro esboço de periodização do surto de desemprego, sem que seja nosso objectivo proceder aqui a uma análise explicativa, o que exigiria aprofundar nomeadamente as alterações sobrevindas no processo de acumulação e no modo de regulação da sociedade portuguesa[26].

A figura 2 procura articular os «momentos de viragem» de alguns indicadores que seleccionámos a partir dos quadros n.os 22, 23 e 24, de forma a assinalar as mudanças de volume e de composição do contingente de desempregados, que aí são diferenciados consoante o sexo, idade, expe-

---

24 Dominique Gambier, *Analyse conjoncturelle du chômage,* Paris, PUF, 1978.

25 François Michon, *Chômeurs et chômage,* Paris, PUF, 1975.

26 Fizemos uma primeira tentativa para equacionar esta questão em «(Des)emprego, dilemas da crise», in *Economia e Socialismo,* Lisboa, n.º 63, Dezembro de 1984.

Evolução dos indicadores de estrutura do desemprego declarado

(FIGURA 2)

	1970	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Desemprego		↗							↘	
PPE / PNE		< 1			> 1					< 1
Desemprego M / Desemprego H		< 1	> 1	< 1	> 1					
Desemprego M		↗							↘	
PPE M		↗							↘	
PNE M		↗							↘	
PPE H		↗					↘			
PNE H		↗			↘			→		
Desemprego H		↗				↘		→		
Desemprego − 25 anos / Desemprego + 25 anos		>								
Desemprego − 25 anos / Desemprego		↗	↘	↗						
Operários não agrícolas H / Desempregados H						↘				↗
Desempregados há 1 ano e + / Desempregados		↗								
Desempregados que não procuram emprego / Desempregados		↗								

Fonte: INE, *Inquérito Permanente ao Emprego.*

riência profissional (procura de primeiro e de novo emprego) e comportamento em relação à procura de emprego. Daqui ressalta a sucessão de períodos bem distintos:

1974 — Arranque da expansão do desemprego, cujo carácter é ainda predominantemente masculino, e de procura de novo emprego, associado a uma reacção de bloqueio do recrutamento e de despedimentos, por motivos económicos, mas também certamente políticos[27]. A expansão do volume de desemprego prosseguirá até 1981.

1975 — Passagem à predominância das mulheres, que são atraídas ao mercado de trabalho, o que, associado ao retorno das ex-colónias, conduz ao «envelhecimento» (mais de 25 anos) da população desempregada.

1976 — Regresso à predominância dos homens e rejuvenescimento desta população.

1977-78 — O desemprego adquire, mais duravelmente, a predominância de mulheres e de activos à procura de primeiro emprego, enquanto se registam os primeiros sinais de redução dos desempregados masculinos à procura de novo emprego: os mecanismos selectivos em relação às mulheres e aos jovens revelam os seus efeitos e, apesar disso, prossegue a atracção da mão-de-obra feminina ao mercado de trabalho.

1979-80 — Passam a predominar entre os desempregados os activos com mais de 25 anos, o que, se, por um lado, traduz uma viragem no sentido da absorção da procura de primeiro emprego masculina, acusa, por outro, dificuldades crescentes na absorção da população adulta.

1981 — Tendência à redução do volume global de desemprego, decorrente sobretudo duma redução do desemprego feminino. Este movimento resulta, não tanto de fluxos de acesso de mulheres ao emprego, mas sobretudo de fluxos de regresso à inactividade, patentes nas quebras das taxas de actividade dos grupos etários femininos mais jovens e mais idosos (ver quadro n.º 18). É portanto aqui que se podem detectar alguns sintomas de desencorajamento, ficando por saber em que medida resultam eles de estratégias dos empregadores ou de estratégias individuais dos activos (perante a escolarização, a reforma, a opção pela «inactividade» agrícola, etc.).

1982 — Reemergência da componente «procura de novo emprego» como predominante, associada ao aumento de peso relativo de operários não agrícolas no conjunto dos homens desempregados (ver quadro n.º 22): são os indícios clássicos do agravamento da componente conjuntural decorrente da recessão económica, associada aos efeitos estruturais da reconversão indústrial. O desemprego masculino e adulto é um revelador eloquente do aprofundamento da crise. Ele sugere que ao desemprego de *recorrência* e de *exclusão* se junta já o de *reconversão.*

Uma análise mais centrada sobre a população à procura de novo emprego permite-nos ir um pouco mais longe na caracterização dos fluxos de rejeição do emprego para o desemprego (ver quadros n.os 25 e 26). Se é nítida a predominância de «operários não agrícolas» como profissão destes desempregados, é preciso sublinhar a crescente importância das profissões

---

27 O caso português constitui sem dúvida um desafio temível para as análises económicas tradicionais, que persistem em explicar a dinâmica do desemprego evacuando a dimensão política e ideológica das estratégias dos «empregadores» e dos «trabalhadores».

«trabalhadores dos serviços» e «comerciantes e vendedores» para explicar como, após 1981, o sector terciário ultrapassa o secundário enquanto sector de rejeição de mão-de-obra. Não é, assim, por acaso que esta inversão se encontra igualmente associada ao surto de desemprego feminino no sector do comércio, restaurantes e hóteis. Por outro lado, é igualmente de observar a importância crescente da agricultura nestes fluxos de alimentação do desemprego.

Quanto à população à procura do primeiro emprego, limitar-nos-emos a verificar que mais de 70% detêm apenas o ensino básico como grau de instrução (ver quadro n.º 27), enquanto 22% detêm o ensino secundário e 0,08% o ensino superior. Significativamente, as mulheres deste contingente apresentam-se mais escolarizadas do que os homens, o que revela bem os diferenciais de *empregabilidade* em função do sexo. Esta estrutura de qualificações sugere que os problemas de inserção profissional da juventude decorrem não só da (in)capacidade profissionalizante dos graus de ensino não superiores[28], mas também de grandes insuficiências ao nível da mera capacidade de cobertura e fixação por parte do sistema educativo — fenómenos que estão obviamente associados.

Para concluir, referiremos ainda que, internacionalmente, o desemprego assume nesta década características tão *sui generis* quanto ele constitui, de facto, uma «novidade» na história recente da sociedade portuguesa — onde, desde há muito, a emigração era «remédio». A reprodução dos desempregados só muito reduzidamente foi socializada. Basta observar que, de acordo com o *Recenseamento* de 1981, 71,4% dos desempregados afirmavam depender da família como «principal meio de vida», enquanto apenas para 16,5% este era o «subsídio de desemprego». E o facto de, na mesma data, 61,5% dos desempregados terem menos de 25 anos não retira alcance a esta verificação, pois também para 51,7% dos homens desempregados de 25 a 29 anos era a família o principal meio de vida... Essa é, aliás, a contrapartida de o desemprego subsidiado abranger, em 1981[29], um total de apenas 63 292 efectivos. Se juntarmos a esta fraca cobertura social o nível diminuto das prestações atribuídas, perceber-se-á por que razão o debate internacional sobre as ligações entre este subsídio e o carácter, voluntário ou não, do desemprego tem aqui, por enquanto, poucas consequências...

4. DAS TENSÕES AOS METABOLISMOS

Uma vez caracterizadas as dinâmicas das zonas emprego, desemprego e inactividade, surge naturalmente a tentação de reconstituir uma noção da dinâmica de conjunto.

Nesse sentido, optámos por uma representação do sistema de emprego e dos processos envolventes, como os do desenvolvimento do aparelho produtivo, da inserção na divisão internacional do trabalho e repartição do rendimento (ver figura 3), que se afasta substancialmente dos modelos tradicionais, quer neoclássico, quer keynesiano[30]. Não nos sendo possível

---

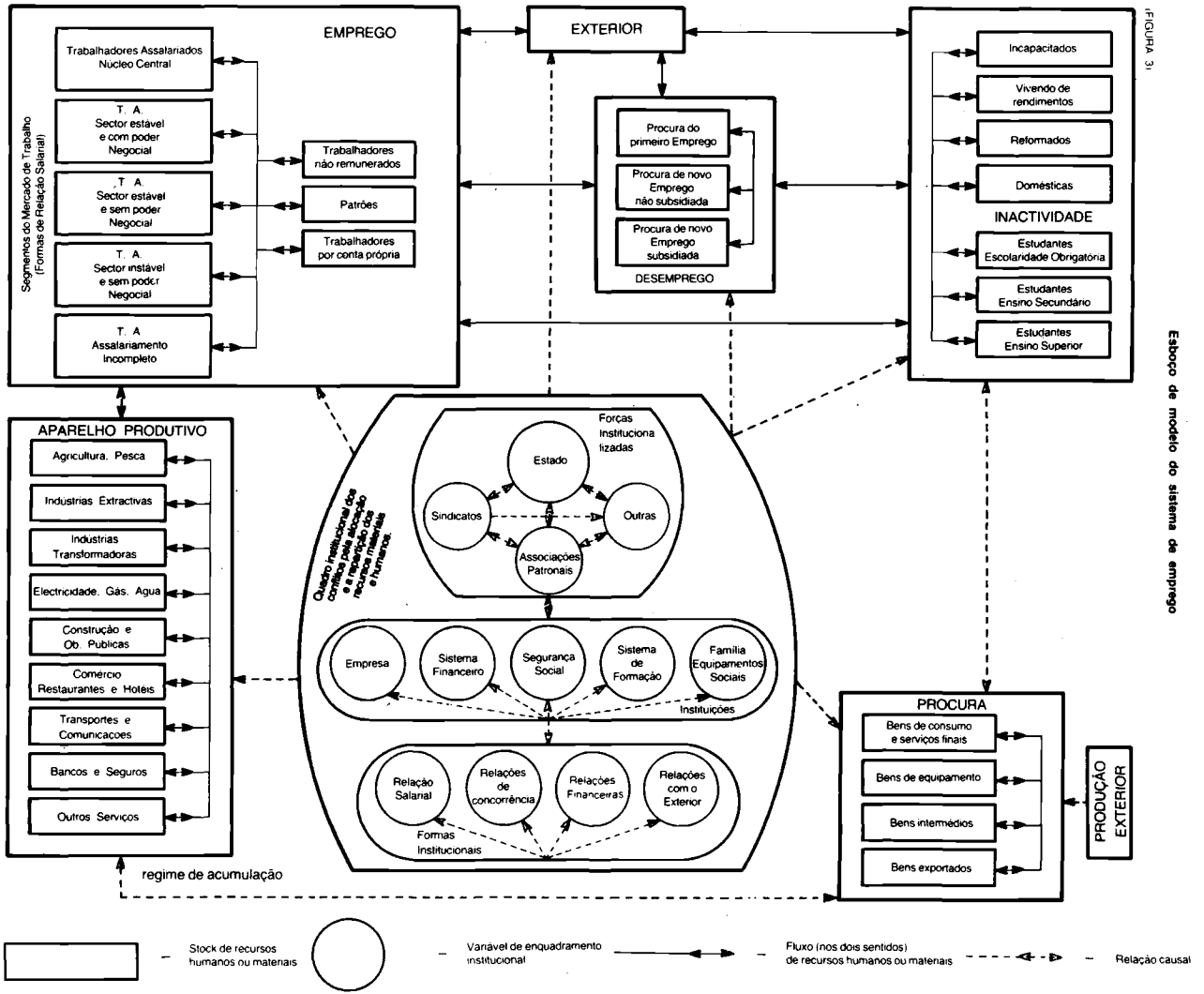
[28] Silva Pereira J., *Emprego e Formação Profissional dos Jovens,* Lisboa, ed. IED, «Cadernos Juventude», 1983.

[29] Instituto de Emprego e Formação Profissional, *Relatório Anual sobre Mercado de Emprego,* Lisboa, 1983.

[30] Para uma crítica destes modelos cf. M. Vernières e D. Gambier, *op. cit.*

(FIGURA 3)

Esboço de modelo do sistema de emprego



aprofundar aqui os meandros desta representação teórica, limitemo-nos a referir que ela pressupõe, por um lado, uma leitura sociológica da vida económica (as formas institucionais envolventes, as estratégias dos agentes, etc.) e, por outro, uma concepção mais complexa das relações que se geram entre as zonas de emprego, desemprego e inactividade.

Com efeito, a evolução destas três zonas condiciona-se reciprocamente, pelo que o desemprego não pode ser considerado como uma mera diferença residual dos desajustamentos entre a oferta e a procura de emprego, concebidas como independentes e já predefinidas antes de se confrontarem. Assim se explica que, em certas condições, a criação de postos de trabalho possa conduzir à expansão do desemprego: este aparente paradoxo resulta duma interacção entre o emprego e a inactividade, que se traduz numa mobilização da mão-de-obra que aí se encontrava sob a forma de reserva mais ou menos disponível. É, aliás, por isso que a expansão do sector terciário tende a absorver menos desemprego que a expansão do sector secundário, pois o primeiro recruta mais entre os inactivos (mulheres), enquanto o outro o faz entre desempregados.

Mas estas interacções entre as três zonas desenvolvem-se com margens de *flexibilidade* que acusam a existência de *reservas de mão-de-obra* dentro e fora do emprego.São a expansão e a contracção dessas reservas que explicam, por exemplo, os fenómenos do *ciclo de produtividade* e da *flexibilidade conjuntural das taxas de actividade,* ou seja:

Por um lado, o facto de as flutuações do nível da actividade económica não se traduzirem de imediato nas mesmas flutuações do nível de emprego, desfasamento que ora cria, ora suprime *subemprego* ou *desemprego disfarçado* e que concomitantemente, limita ou expande o volume de *desemprego declarado;*

Por outro lado, o facto de as flutuações do nível de desemprego não se traduzirem em flutuações correspondentes do nível de *desemprego desemprego disfarçado* e que, concomitantemente, limita ou ex-vidade, onde se acumulam reservas de mão-de-obra na situação de *desemprego oculto.*

O sistema de emprego funciona assim como um «circuito de aspiração e rejeição de mão-de-obra»[31] e a evolução do *desemprego declarado* só pode ser entendida no contexto das reservas de mão-de-obra. Estes movimentos são, no entanto, profusamente heterogéneos, consoante os sectores de actividade, as regiões de inserção, as categorias sociais da população em causa, as formas organizativas das empresas e as modalidades de gestão da força de trabalho que elas adoptam. Uma reorientação da criação de emprego para formas precárias, por exemplo, pode desdobrar-se em múltiplos efeitos: amortecimento de certo tipo de desemprego, mas também atracção de certo tipo de inactivos, e, certamente, aceleração dos fluxos de entrada e saída no desemprego, assim como intensificação dos mecanismos de triagem da mão-de-obra pelas empresas. Como se pode induzir, esta abordagem pressupõe, contrariamente ao postulado neoclássico da independência entre oferta e procura de trabalho, que esta última tem um estatuto dominante em relação à primeira do ponto de vista analítico. O que não exclui, ou não deve excluir, a eficácia e a autonomia próprias dos

---

31 Henri Bartoli, *op. cit.*

agentes da oferta de trabalho. Daí que procuremos integrar na análise as suas estratégias.

Resta ainda sublinhar que as fronteiras entre as zonas de emprego, desemprego e inactividade não são nem nítidas, nem estanques. É sabido que as distinções entre *activo* e *inactivo* e entre *desemprego declarado* e *desemprego oculto* resultam da aplicação duma série de convenções que dificilmente cobrem todos os casos intermédios. São também conhecidas as figuras híbridas como o trabalhador oculto (inactivo ou desempregado, mas na realidade empregado) ou o trabalhador de pluriactividade.

A análise dos metabolismos do sistema de emprego revela-se assim decisiva para compreender a determinação económica (e não só) das classes sociais, das suas *segmentações* e das suas *recomposições.*

Das tensões aos metabolismos. — Raciocinemos, por exemplo, a partir dum problema circunscrito. No após-1974 concentram-se na sociedade portuguesa uma série de tensões no sentido do agravamento do desemprego, entre as quais a dinâmica da crise internacional e nacional, a agudização dos conflitos pela repartição do rendimento, o bloqueamento da emigração, o retorno das ex-colónias, a atracção das mulheres ao mercado de trabalho. *Que mecanismos de regulamentação contiveram ou amorteceram essas tensões,* não impedindo embora o agravamento do desemprego? E verificaremos que a *emergência, a «perversão» e o esgotamento destes mecanismos estão por detrás de metabolismos decisivos no âmbito do mercado de trabalho e das classes sociais.*

Com efeito, emergem durante este período *novos mecanismos de regulação* tendentes a travar o surto de desemprego: num primeiro momento, as reformas da legislação do trabalho, das nacionalizações e intervenções do Estado, da Reforma Agrária e da expansão da Administração Pública, que se traduzem na criação de amplas zonas de emprego assalariado estável; num segundo momento, a extensão das reformas e da cobertura escolar da juventude, a inversão do crescimento dos salários reais (cujo impacte na hierarquia de qualificações contratuais seria interessante averiguar) e a institucionalização da figura jurídica do contrato a prazo, a partir do qual passaram a multiplicar-se os empregos precários. Ora qualquer destas mutações produziu importantes movimentos de recomposição nas classes assalariadas, com repercussões inevitáveis também sobre as outras classes sociais.

Novos movimentos de recomposição serão depois gerados pelo alastrar dos efeitos «perversos» associados a estes mecanismos de regulação, e dizemos «perversos» no sentido em que conduzem ao agravamento do desemprego: o desajustamento das qualificações escolares em relação ao mercado de trabalho, a extensão do trabalho precário oficial e clandestino acelerando os fluxos de entrada no desemprego e a extensão do trabalho extraordinário e em pluriactividade reduzindo o fluxo de novos recrutamentos.

Se recuperarmos o que foi dito nos pontos anteriores sobre os primeiros anos da década de 80, poderemos interrogar-nos sobre o sentido dos movimentos de recomposição actuais. A redução de efectivos nas zonas estáveis de emprego parece ter entrado na ordem do dia, com as decisões de reconversão industrial, de saneamento do sector público, etc.: daí o recurso às reformas antecipadas e outras formas enviezadas de despe-

dimento permitidas pelos interstícios da legislação do trabalho, muitas vezes preparadas por um processo de atraso no pagamento de salários.

Não pretendendo entrar aqui por conjecturas e prognósticos sobre tendências futuras, não queremos deixar de salientar de novo as relações entre a evolução do desemprego e da estrutura e práticas sociais. É que o fenómeno do desemprego está incrustado numa clivagem fundamental no âmbito das classes sociais: a clivagem produzida pelos *processos de assalariamento* e *de endogeneização capitalista da (re)produção da força de trabalho.* O desemprego é a outra face da moeda da condição de assalariado. Ora, se a reforma da relação salarial, a extensão da taxa de assalariamento, a expansão da cobertura social e escolar, assim como a mercantilização dos modos de consumo, nos permitem concluir que esses processos reforçaram a sua influência na «lógica» da sociedade portuguesa, não podemos também deixar de verificar algumas importantes contratendências: a quebra dos salários reais, directos e indirectos, a precarização do emprego, a submersão do trabalho e o refúgio na autoprodução e na economia doméstica.

Quais serão os limites do recurso a estas «estratégias de retaguarda»? Que mutações nos modos de gestão da mão-de-obra permitirão assimilar plenamente a relação salarial recriada no após-1974? Que estratégia de desenvolvimento permitirá travar ou inverter o processo em curso de desvalorização da força de trabalho portuguesa? Eis alguns dos problemas que ficam em aberto se quisermos continuar a especular sobre os metabolismos em curso no mercado de trabalho e nas classes sociais deste país. Daí que nem mesmo especular seja fácil.

NOTA METODOLÓGICA

Dadas as limitações de espaço de publicação, não pudemos explicitar devidamente os inúmeros problemas e opções metodológicas que se colocam ao aproveitamento, compatibilização e síntese das fontes estatísticas disponíveis. Procurámos, no entanto, tê-los em conta, tanto na fase da construção, como na fase da interpretação da informação que aqui é apresentada.

Evolução da população activa com profissão, por sectores de actividade

(QUADRO N.º 1)

	Sector de actividade	1970 HM	1981 HM	1970 M	1981 M
111	Agricultura, pecuária	876 750	656 843	169 415	253 078
112	Serviços de agricultura	14 015	997	2 240	183
113	Caça, repovoamento	55	26	—	5
121	Silvicultura	2 535	3 020	150	331
122	Exploração florestal	1 905	3 795	160	440
130	Pesca	32 510	28 742	1 095	1 027
210	Extracção de carvão	1 280	1 118	50	37
220	Extracção de petróleo e gás	510	148	35	11
230	Extração de minerais metálicos	2 210	4 770	120	304
290	Extracção de minerais não metálicos	8 075	11 673	240	462
311/312	Alimentação	51 210	85 216	22 640	34 688
313	Bebidas	4 075	13 309	1 340	4 064
314	Tabaco	1 605	1 681	620	771
321	Têxteis	148 360	167 079	86 020	93 216
322	Vestuário	71 750	92 585	55 895	79 385
323	Curtumes	5 550	8 138	2 025	3 486
324	Calçado	17 965	31 466	6 640	14 807
331	Madeira, cortiça	75 775	66 824	10 920	12 760
332	Mobiliário	27 230	46 958	1 350	3 880
341	Papel	10 625	17 560	4 445	5 487
342	Artes gráficas e edições	20 125	31 338	3 245	7 573
351	Produtos químicos industriais	10 665	11 925	1 935	2 216
352	Outros produtos químicos	12 860	34 242	4 220	12 421
353	Refinarias de petróleo	4 740	6 735	475	927
354	Derivados do petróleo e carvão	85	2 477	5	528
355	Borracha	5 230	7 636	905	1 382
356	Matérias plásticas	5 680	12 170	2 255	4 239
361	Porcelana, olaria	22 080	20 242	5 525	7 210
362	Vidro	10 135	12 704	2 330	2 524
369	Minerais não metálicos	15 760	32 057	1 095	4 436
371	Básicas de ferro e aço	29 720	12 866	3 315	1 078
372	Básicas de metais não ferrosos	3 620	17 522	435	2 413
381	Produtos metálicos	60 685	96 924	4 350	10 026
382	Máquinas não eléctricas	34 250	35 898	2 245	4 834
383	Material eléctrico	10 425	35 127	3 055	13 905
384	Material de transporte	17 085	46 663	1 145	4 245
385	Instrumentação	1 435	3 877	490	1 720
390	Outras transformadoras	24 430	32 779	9 430	15 771
410	Electricidade, gás	14 520	23 984	1 615	2 498
420	Água	1 325	3 704	190	381
500	Construção e obras públicas	244 125	417 510	2 985	9 165

Evolução da população activa com profissão, por sectores de actividade

(QUADRO N.º 1, *continuação*)

	Sector de actividade	1970 HM	1981 HM	1970 M	1981 M
610	Comércio por grosso	47 105	91 546	10 570	20 677
620	Comércio a retalho	228 795	300 379	61 310	113 396
631	Restaurantes, cafés	30 205	65 047	7 070	27 389
632	Hotéis, pensões	18 230	31 850	7 165	14 638
711	Transportes terrestres	83 270	94 295	3 385	6 557
712	Transportes de água	15 745	23 765	660	1 461
713	Transportes aéreos	5 315	10 964	1 160	2 548
719	Serviços de transportes	7 285	10 666	1 250	3 325
720	Comunicações	28 195	42 025	10 755	15 009
810	Bancos	24 590	51 353	3 955	11 980
820	Seguros	7 645	14 051	1 645	4 054
831	Operações imóveis	605	1 926	90	707
832	Serviços às empresas	23 310	30 594	8 735	9 997
833	Aluguer de equipamento	50	457	30	81
911	Serviços de administração pública	—	151 630	—	41 768
912	Defesa nacional	—	30 704	—	3 894
913	Administração da educação	—	6 381	—	4 293
914	Administração da saúde	146 390	1 606	32 195	1 060
915	Administração da previdência	—	24 030	—	17 189
916	Administração da habitação	—	4 986	—	1 859
917	Outros serviços colectivos	—	1 052	—	626
918	Administração geral	—	20 527	—	7 698
		—	(240 916)	—	(78 387)
920	Serviços de saneamento e limpeza	1 785	10 142	610	6 067
931	Serviços de educação	52 240	152 081	38 100	115 967
932	Institutos científicos	785	1 677	320	807
933	Serviços de saúde	29 640	80 120	17 035	53 630
934	Instituições de assistência social	3 680	14 303	2 065	9 390
935	Associações económicas e profissionais	7 940	6 316	2 230	3 151
939	Outros serviços	6 050	6 858	1 165	2 398
941	Cinema, rádio e televisão	4 825	9 149	1 540	3 287
942	Bibliotecas e museus	965	2 620	385	1 246
949	Serviços recreativos	2 250	6 550	440	1 493
951	Serviços de reparação	62 995	89 554	2 795	3 197
952	Lavandarias	1 370	2 875	1 005	2 109
953	Serviços domésticos	110 665	118 838	106 035	116 081
959	Serviços pessoais diversos	32 015	25 040	17 565	15 114
960	Organismos internacionais	215	927	55	441
000	Actividades mal definidas	101 135	2 265	31 405	544
	Total	2 988 170	3 659 938	789 370	1 259 738

Fonte: *XI* e *XII Recenseamentos Gerais da População.*

Taxas de crescimento do produto em volume

(QUADRO N.º 2)

	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Agricultura e pescas	– 3,01	– 0,39	7,41	– 2,13	– 6,46	– 1,49	– 10,00	4,00	9,00	2,97	– 13,2	4,0	– 7,0
Indústrias transformadoras	7,56	12,07	14,69	3,06	– 9,72	4,49	9,40	3,27	4,93	5,98	2,00	3,25	1,00
Energia	7,25	10,02	9,55	9,72	– 0,14	0,26	20,21	5,18	6,50	– 2,00	– 11,10	15,00	9,00
Construção	24,3	2,69	9,68	3,54	– 0,16	6,47	24,60	5,01	4,00	9,04	4,00	2,00	– 6,00
Serviços	3,91	9,65	10,67	1,81	2,08	11,20	6,10	2,20	3,83	6,29	4,10	3,40	– 0,40
Indústrias extractivas	12,71	3,37	15,86	15,77	1,27	14,29	15,33	1,19	10,01	5,40	—	—	—
PIB cf. (p. 1963)	7,36	8,72	11,72	2,24	– 4,68	5,97	6,18	3,10	4,50	5,88	0,80	3,50	– 0,50

Fonte: INE, Contas Nacionais e Relatório do BP, apresentado por António Mil-Homens, «Evolução da estrutura do emprego em Portugal», in *Economia e Socialismo*, n.º 63, Outubro-Dezembro de 1984.

Repartição da população activa civil com profissão, segundo situação na profissão, por sectores de actividade

(Continente — percentagem)

(QUADRO N.º 3)

	Sector de actividade	1970				1981			
		P	CP	NR	CO	P	CP	NR	CO
111	Agricultura, pecuária	1,9	37,2	—	49,0	1,1	50,1	—	36,7
112	Serviços de agricultura	0,4	16,1	—	79,3	2,6	17,3	—	75,2
113	Caça, repovoamento	0,0	18,1	—	63,6	0,0	0,0	—	92,3
121	Silvicultura	2,5	9,2	—	85,7	0,5	0,7	—	95,0
122	Exploração florestal	0,7	9,4	—	88,4	1,0	1,5	—	95,1
130	Pesca	1,0	13,5	—	83,3	3,8	18,1	—	74,7
210	Extracção de carvão	0,3	0,3	—	98,4	0,0	0,0	—	100,0
220	Extracção de petróleo e gás	0,0	0,9	—	99,0	0,6	0,0	—	97,9
230	Extração de minerais metálicos	0,9	2,0	—	97,0	0,0	0,0	—	100,0
290	Extracção de minerais não metálicos	1,5	4,7	—	93,0	4,4	7,9	—	86,7
311/312	Alimentação	2,1	9,0	—	87,4	2,6	1,2	—	89,4
313	Bebidas	1,9	3,1	—	94,2	1,9	0,8	—	96,6
314	Tabaco	0,3	2,1	—	97,1	0,0	0,0	—	100,0
321	Têxteis	0,9	2,9	—	95,4	1,6	1,7	—	96,1
322	Vestuário	2,7	20,1	—	74,5	3,0	14,1	—	81,9
323	Curtumes	4,0	8,5	—	86,3	6,0	5,3	—	87,6
324	Calçado	4,1	4,3	—	90,3	4,3	3,0	—	91,8
331	Madeira, cortiça	2,8	9,8	—	85,9	5,3	7,3	—	86,0
332	Mobiliário	1,3	3,4	—	29,4	6,3	10,7	—	80,7
341	Papel	1,5	0,9	—	97,0	2,0	0,7	—	96,9
342	Artes gráficas e edições	3,0	3,7	—	92,8	4,1	3,0	—	92,1
351	Produtos químicos industriais	1,4	2,5	—	95,2	1,0	0,4	—	98,2
352	Outros produtos químicos	1,9	3,1	—	94,2	1,6	0,7	—	97,3
353	Refinarias de petróleo	0,4	0,5	—	98,8	0,0	0,0	—	99,7
354	Derivados do petróleo e carvão	0,0	5,8	—	94,1	0,0	0,0	—	99,7
355	Borracha	1,6	2,3	—	94,1	2,9	2,0	—	94,7
356	Matérias plásticas	1,4	1,3	—	96,7	3,2	0,7	—	95,8
361	Porcelana, olaria	1,8	3,5	—	93,5	2,4	3,3	—	93,3
362	Vidro	0,9	1,5	—	97,3	2,1	1,3	—	96,1
369	Minerais não metálicos	1,6	3,4	—	92,9	4,4	3,1	—	91,5
371	Básicas de ferro e aço	2,0	2,1	—	95,5	1,6	1,4	—	96,7
372	Básicas de metais não ferrosos	1,2	2,2	—	95,5	2,9	2,3	—	94,5
381	Produtos metálicos	2,2	10,4	—	86,1	4,0	6,2	—	88,9
382	Máquinas não eléctricas	2,3	6,1	—	90,5	3,4	2,3	—	92,7
383	Material eléctrico	1,4	3,5	—	94,5	1,7	1,3	—	96,7
384	Material de transporte	1,2	2,7	—	95,6	1,3	1,2	—	97,2
385	Instrumentação	2,4	9,0	—	88,5	3,3	3,2	—	93,0
390	Outras transformadoras	1,9	5,5	—	91,7	6,5	5,2	—	87,3
410	Electricidade, gás	0,8	2,0	—	96,6	0,6	2,8	—	96,2
420	Água	0,3	0,3	—	99,2	0,4	1,1	—	98,1
500	Construção e obras públicas	2,5	5,8	—	90,9	3,7	10,6	—	84,8

P = patrões.
CP = trabalhadores por conta própria.
NR = trabalhadores não remunerados.
CO = trabalhadores por conta doutrem.

Repartição da população activa civil com profissão, segundo situação na profissão, por sectores de actividade

(Continente — percentagem)

(QUADRO N.º 3, *continuação*)

	Sector de actividade	1970				1981			
		P	CP	NR	CO	P	CP	NR	CO
610	Comércio por grosso	5,7	11,1	—	82,2	7,9	9,6	—	81,5
620	Comércio a retalho	6,8	36,2	—	54,2	12,4	35,5	—	49,4
631	Restaurantes, cafés	10,7	24,3	—	62,5	10,4	12,1	—	74,6
632	Hotéis, pensões	3,6	4,7	—	90,3	5,8	4,2	—	88,4
711	Transportes terrestres	1,6	7,2	—	90,6	2,1	10,8	—	86,5
712	Transportes de água	0,6	1,4	—	97,5	0,0	0,0	—	99,9
713	Transportes aéreos	0,0	0,2	—	99,3	0,0	0,0	—	99,7
719	Serviços de transportes	1,4	2,5	—	95,5	0,0	0,0	—	99,9
720	Comunicações	0,5	0,7	—	98,6	0,0	0,0	—	99,6
810	Bancos	0,3	0,5	—	99,0	0,0	0,0	—	99,7
820	Seguros	1,7	2,6	—	95,2	0,0	0,0	—	99,9
831	Operações imóveis	18,1	12,3	—	66,1	8,9	15,4	—	74,3
832	Serviços às empresas	2,7	6,8	—	89,7	5,0	17,6	—	75,5
833	Aluguer de equipamento	9,9	0,0	—	90,0	7,0	6,7	—	85,7
911	Serviços de administração pública	—	—	—	—	—	—	—	—
912	Defesa nacional	—	—	—	—	—	—	—	—
913	Administração da educação	—	—	—	—	—	—	—	—
914	Administração da saúde	—	—	—	—	—	—	—	—
915	Administração da previdência	—	—	—	—	—	—	—	—
916	Administração da habitação	—	—	—	—	—	—	—	—
917	Outros serviços colectivos	—	—	—	—	—	—	—	—
918	Administração geral	—	—	—	—	—	—	—	—
920	Serviços de saneamento e limpeza	0,2	3,3	—	95,5	0,0	0,0	—	99,9
931	Serviços de educação	0,6	2,4	—	95,5	0,4	1,0	—	96,0
932	Institutos científicos	0,6	3,8	—	94,9	0,0	0,0	—	97,6
933	Serviços de saúde	1,5	10,0	—	86,9	1,4	3,8	—	93,2
934	Instituições de assistência social	0,6	0,8	—	97,2	0,0	0,0	—	97,7
935	Associações económicas e profissionais	0,5	1,0	—	98,1	0,0	0,0	—	99,0
939	Outros serviços	1,5	16,1	—	56,0	0,0	0,0	—	64,3
941	Cinema, rádio e televisão	2,2	8,2	—	88,6	2,0	10,0	—	86,4
942	Bibliotecas e museus	0,0	1,5	—	87,9	0,0	0,0	—	98,8
949	Serviços recreativos	0,0	7,1	—	92,0	1,4	4,4	—	92,1
951	Serviços de reparação	2,4	18,1	—	78,4	6,4	18,6	—	73,5
952	Lavandarias	2,1	7,2	—	88,3	6,9	5,2	—	86,6
953	Serviços domésticos	0,2	2,0	—	96,3	0,0	0,0	—	99,5
959	Serviços pessoais diversos	3,9	38,7	—	54,1	11,9	32,5	—	53,7
960	Organismos internacionais	0,0	0,0	—	100,0	0,0	0,0	—	100,0
000	Actividades mal definidas	1,8	10,4	—	83,8	0,0	0,0	—	99,9
	Total	2,1	18,3	—	74,8	3,4	16,3	—	76,7

Fonte: *XI* e *XII Recenseamentos Gerais da População.*

Evolução da estrutura do emprego e das taxas de feminização, por sectores de actividade

(QUADRO N.º 4)

	Sector de actividade	Estrutura sectorial do emprego		Taxa de feminização	
		1970	1981	1970	1981
111	Agricultura, pecuária	29,34	17,94	19,32	38,52
112	Serviços de agricultura	0,42	0,02	15,98	18,35
113	Caça, repovoamento	—	—	—	19,23
121	Silvicultura	0,08	0,08	5,91	10,96
122	Exploração florestal	0,06	0,1	8,39	11,59
130	Pesca	1,08	0,78	3,36	3,57
210	Extracção de carvão	0,04	0,03	3,9	3,3
220	Extracção de petróleo e gás	0,01	—	6,86	7,43
230	Extração de minerais metálicos	0,07	0,13	5,42	6,37
290	Extracção de minerais não metálicos	0,27	0,31	2,97	3,95
311/312	Alimentação	1,71	2,32	44,21	40,7
313	Bebidas	0,13	0,36	32,88	30,53
314	Tabaco	0,05	0,04	38,62	45,86
321	Têxteis	4,96	4,56	57,98	55,79
322	Vestuário	2,4	2,52	77,9	85,74
323	Curtumes	0,18	0,22	36,48	42,83
324	Calçado	0,6	0,85	36,96	47,05
331	Madeira, cortiça	2,53	1,82	14,29	19,09
332	Mobiliário	0,91	1,28	4,95	8,26
341	Papel	0,35	0,47	41,83	31,24
342	Artes gráficas e edições	0,67	0,85	16,12	24,16
351	Produtos químicos industriais	0,35	0,32	18,14	18,58
352	Outros produtos químicos	0,43	0,93	32,81	36,27
353	Refinarias de petróleo	0,15	0,18	10,02	13,76
354	Derivados do petróleo e carvão	—	0,06	5,88	21,31
355	Borracha	0,17	0,2	17,6	18,09
356	Matérias plásticas	0,19	0,33	39,7	34,83
361	Porcelana, olaria	0,73	0,55	25,02	35,61
362	Vidro	0,33	0,32	22,98	15,68
369	Minerais não metálicos	0,52	0,87	6,94	13,83
371	Básicas de ferro e aço	0,99	0,35	11,15	8,37
372	Básicas de metais não ferrosos	0,12	0,47	12,01	13,77
381	Produtos metálicos	2,03	2,64	7,16	10,34
382	Máquinas não eléctricas	1,14	0,98	6,55	13,46
383	Material eléctrico	0,34	0,95	29,3	39,58
384	Material de transporte	0,57	1,27	6,7	9,09
385	Instrumentação	0,04	0,1	34,14	44,36
390	Outras transformadoras	0,81	0,89	38,6	32,85
410	Electricidade, gás	0,48	0,65	11,12	10,41
420	Água	0,04	0,1	14,33	10,28
500	Construção e obras públicas	8,16	11,4	1,22	2,19

Evolução da estrutura do emprego e das taxas de feminização, por sectores de actividade

(QUADRO N.° 4, *continuação*)

	Sector de actividade	Estrutura sectorial do emprego		Taxa de feminização	
		1970	1981	1970	1981
610	Comércio por grosso	1,57	2,5	22,43	22,58
620	Comércio a retalho	7,65	8,2	26,79	37,75
631	Restaurantes, cafés	1,01	1,77	23,4	42,1
632	Hotéis, pensões	0,61	0.87	39,3	45,95
711	Transportes terrestres	2,78	2,57	4,06	6,95
712	Transportes de água	0,52	0,64	4,19	6,14
713	Transportes aéreos	0,17	0,29	21,82	23,23
719	Serviços de transportes	0,24	0,29	17,15	31,17
720	Comunicações	0,94	1,14	38,14	35,71
810	Bancos	0,82	1,4	16,08	23,32
820	Seguros	0,25	0,38	21,51	28,85
831	Operações sobre imóveis	0,02	0,05	14,87	36,7
832	Serviços às empresas	0,78	0,83	37,47	32,67
833	Aluguer de equipamento	—	0,01	0,60	17,72
910	Administração pública e defesa	4,89	6,58	21,99	32,53
920	Serviços de saneamento e limpeza	0,05	0,27	34,17	59,82
931	Serviços de educação	1,74	4,15	72,93	76,25
932	Institutos científicos	0,02	0,04	40,76	48,12
933	Serviços de saúde	0,99	2,18	57,47	66,93
934	Instituições de assistência social	0,12	0,39	56,11	65,65
935	Associações económicas e profissionais	0,26	0,17	28,08	49,88
939	Outros serviços colectivos	0,2	0,18	19,25	34,96
941	Cinema, rádio e televisão	0,16	0,24	31,91	35,92
942	Bibliotecas e museus	0,03	0,07	39,89	47,55
949	Serviços recreativos	0,07	0,17	19,55	22,79
951	Serviços de reparação	2,1	2,36	4,43	0,22
952	Lavandarias	0,04	0,07	73,35	73,35
953	Serviços domésticos	3,7	3,24	95,81	97,68
959	Serviços pessoais diversos	1,07	0,68	54,86	60,35
960	Organismos internacionais	—	0,02	25,58	47,57
000	Actividades mal definidas	3,38	0,06	31,05	24,01
	Total	100,00	100,00	26,41	34,37

Fonte: *XI* e *XII Recenseamentos Gerais da População.*

População residente, activa, emprego, desemprego

(Continente)

(QUADRO N.º 5)

	1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981		1982	
	1.º semestre	2.º semestre	1.º semestre	2.º semestre	1.º semestre	2.º semestre	1.º semestre	2.º semestre	1.º semestre	2.º semestre	1.º semestre	2.º semestre	1.º semestre	2.º semestre	1.º semestre	2.º semestre	1.º semestre	2.º semestre
1. População residente total (103)	8 537	8 650	8 810	8 947	9 027	9 123	9 143	9 168	9 188	9 204	9 311	9 388	9 360	9 423	9 479	9 496	9 525	—
2. População activa civil (103)	3 668	3 853	3 847	3 957	4 003	4 096	4 078	4 107	4 055	4 157	4 142	4 251	4 207	4 303	4 381	4 269	4 279	4 272
3. Emprego (103)	3 620	3 767	3 713	3 739	3 787	3 820	3 786	3 781	3 736	3 809	3 798	3 906	3 887	3 961	3 994	3 943	3 968	3 950
4. Desemprego (103)	47	86	133	222	247	276	291	326	319	348	343	344	320	340	386	325	310	321
Procura do primeiro emprego	24	41	52	86	92	125	142	166	178	198	192	198	171	177	199	164	141	151
Procura de novo emprego	23	45	81	136	152	151	149	160	141	150	151	146	149	163	187	161	169	170
Taxa de actividade, percentagem (2/1)	43,0	44,5	43,7	44,2	44,3	44,9	44,6	44,8	44,1	45,1	44,5	45,5	44,9	45,7	46,2	45,0	44,9	44,7
Homens	54,7	56,2	56,1	56,9	57,8	57,6	57,2	56,9	56,6	56,8	56,0	56,2	56,0	56,5	56,3	54,7	54,7	54,4
Mulheres	32,4	34,0	32,5	32,8	32,2	33,5	33,3	32,9	32,9	34,7	34,1	35,1	35,0	35,9	37,1	36,2	36,1	35,9
Taxa de desemprego, percentagem (4/2)	1,3	2,2	3,5	5,6	6,1	6,7	7,1	7,9	7,9	8,4	8,3	8,1	7,6	7,9	8,8	7,6	7,2	7,5
Homens	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mulheres	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Fonte: INE, *Inquérito Permanente ao Emprego.*

Índices de emprego por sector de actividade

(QUADRO N.º 6)

1.º trimestre	Total das actividades inquiridas	Indústrias transformadoras	Construção e obras públicas	Comércio	Restaurantes e hotéis	Transportes	Comunicações	Bancos	Seguros
1977	100,1	100,2	98,2	99,6	97,1	100,6	101,3	104,8	102
1978	100,8	100,5	102,2	99,3	96,2	99,5	102,6	111,2	104,6
1979	100,5	100,7	99,3	98,7	95,2	95,7	102,6	116,6	108,8
1980	101,8	101,8	97,9	98,6	96,0	94,7	102,3	124,6	112,6
1981	103,2	102,5	103,9	98,8	111,7	94,4	102,2	130,9	118,8
1982	102,6	101,3	106	97,7	116,6	93,2	103	136,5	121,8
1983	101,2	99,0	103,6	95,8	117,3	92,1	105,7	141,7	124,2
1983-84	100,2	97,8	99,2	94,6	121,1	92,0	106,3	145,1	124,2

Fonte: MT-SE — *Inquérito Trimestral de Emprego.*

Evolução da estrutura empresarial segundo classes de dimensão de pessoal ao serviço, por sectores de actividade

(QUADRO N.º 7)

Sector de actividade	Total 1969 Total 1981	1-10 0-9	11-20 10-19	21-30 20-49	51-100 50-99	100 100
Total	100	20,59	8,31	12,27	10,12	48,69
	100	13,65	9,17	13,63	10,28	53,26
Pesca	100	12,14	6,54	5,6	10,28	65,42
	100	2,32	7,72	18,77	10,59	60,58
Indústrias extractivas	100	10,25	6,15	9,74	6,66	67,17
	100	10,63	9,84	14,4	9,68	55,42
Indústria da alimentação	100	13,31	7,81	12,3	11,72	54,84
	100	7,77	8,23	14,18	15,34	54,45
Indústria de bebidas	100	46,00	6,00	15,99	20,00	48,00
	100	3,73	5,52	11,19	7,53	72,01
Indústria do tabaco	100	—	—	—	5,26	94,73
	100	—	—	—	—	100,00
Indústrias têxteis	100	2,49	2,97	7,8	9,74	76,97
	100	1,47	2,29	7,67	10,23	78,31
Vestuário e calçado	100	16,96	14,77	23,55	15,96	28,74
	100	6,23	8,00	20,13	21,19	44,43
Mobiliário	100	44,07	17,76	13,15	8,55	20,39
	100	23,55	18,92	26,97	15,5	15,05
Papel	100	5,33	8,66	12,00	9,33	64,66
	100	2,96	6,38	8,92	5,48	76,23
Tipografia	100	17,85	13,69	20,23	12,5	35,71
	100	10,58	12,89	19,66	14,96	41,88
Curtumes	100	15,78	14,03	12,28	17,54	40,35
	100	11,39	15,91	23,85	17,68	31,14
Indústria de borracha	100	8,92	5,35	5,35	10,71	69,64
	100	5,42	5,55	12,24	6,54	70,22
Indústrias químicas	100	4,54	3,47	8,28	11,49	72,19
	100	2,1	3,55	8,21	7,44	78,68
Petróleo	100	—	—	2,56	—	97,43
	100	0,32	—	1,34	—	98,33
Produtos minerais não metálicos	100	8,21	6,21	10,62	12,82	61,92
	100	8,74	8,79	21,41	17,96	43,07
Metalúrgicas de base	100	7,1	4,37	10,92	9,28	68,3
	100	2,09	3,37	7,92	6,16	80,44
Produtos metálicos	100	19,00	8,85	15,33	14,68	42,54
	100	10,6	8,89	16,76	12,44	51,29
Construção de máquinas	100	3,03	3,63	11,51	7,87	73,93
	100	4,73	6,15	12,96	15,81	60,33
Máquinas e material eléctrico	100	7,99	4,8	9,6	12,00	65,6
	100	1,63	2,69	6,52	3,85	85,13
Material de transporte	100	20,37	8,3	15,47	13,2	42,64
	100	0,96	1,59	4,51	5,34	87,57
Transformadoras diversas	100	20,49	9,01	17,21	8,19	45,08
	100	14,6	9,68	18,84	10,57	46,3
Construção	100	20,76	12,00	17,04	11,8	38,47
	100	13,2	10,98	15,05	11,35	49,39
Electricidade, gás e água	100	0,88	0,44	1,32	1,32	91,59
	100	0,62	0,23	1,02	0,81	97,3
Comércio	100	45,42	11,33	12,89	7,47	22,86
	100	32,12	16,23	17,5	10,29	23,84
Bancos	100	4,34	0,86	2,6	2,6	89,56
	100	1,59	0,31	0,36	0,43	97,28
Seguros	100	57,14	14,28	14,28	14,28	—
	100	38,79	21,15	17,74	3,66	18,64
Operações sobre imóveis	100	17,41	5,14	7,44	5,47	64,4
	100	3,89	2,26	4,16	3,55	86,12
Transportes e comunicações	100	6,55	4,91	9,83	18,03	60,65
	100	3,14	0,53	4,82	1,98	89,5

Fonte: MT, Quadros de Pessoal e *Estrutura Empresarial Portuguesa*, Ministério das Corporações, série «Estudos», n.º 3.

Evolução da intervenção do Estado em empresas, por grandes sectores de actividade

(QUADRO N.º 8)

Sectores de actividade	Intervenção — Processo de intervenção 1974		1975		1976		1977		Total		Processo de desintervenção em curso 1977		Nacionalização 1974		1975	
	Número de empresas	Número de trabalhadores	Número de empresas	Número de trabalhadores	Número de empresas	Número de trabalhadores	Número de empresas	Número de trabalhadores	Número de empresas	Número de trabalhadores	Número de empresas	Número de trabalhadores	Número de empresas	Número de trabalhadores	Número de empresas	Número de trabalhadores
Agricultura	1	38	10	1 106	2	346	—	—	13	1 490	2	38	—	—	1	550
Pesca	—	—	5	3 354	2	796	—	—	7	4 150	—	—	—	—	1	602
Indústrias extractivas	—	—	2	1 075	1	1 200	—	—	3	2 275	2	1 075	—	—	1	814
Indústrias transformadoras	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Alimentares, bebidas e tabaco	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Alimentares	1	—	16	6 759	8	896	—	—	25	7 670	8	3 690	—	—	—	—
Bebidas	—	—	4	3 408	—	—	—	—	4	3 408	2	327	—	—	7	5 736
Tabaco	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	1 897
Têxteis, vestuário e couro	—	—	11	8 095	6	3 313	1	321	18	11 729	11	2 468	—	—	—	—
Madeira e cortiça	—	—	3	2 226	—	—	—	—	3	2 226	3	2 226	—	—	—	—
Papel e artes gráficas	—	—	12	4 632	6	1 228	—	—	18	5 860	7	2 143	—	—	6	6 179
Químicas	—	—	3	10 398	1	183	—	—	4	10 581	1	1 544	—	—	8	14 592
Minerais não metálicos	—	—	8	2 964	2	71	—	—	10	3 035	4	1 645	—	—	9	3 801
Metalúrgicas	1	2 500	23	11 258	4	995	—	—	28	14 753	16	8 590	—	—	3	9 244
Outras	—	—	1	250	—	—	—	—	1	250	—	—	—	—	—	—
Electricidade, gás e água	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	14	11 692
Construção e obras públicas	1	262	21	15 509	5	1 271	1	63	28	17 105	16	11 610	—	—	—	—
Comércio e hotelaria	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Comércio	—	—	42	5 640	1	2 793	—	—	43	8 433	34	4 911	—	—	1	840
Hotelaria	2	544	18	2 587	—	—	—	—	20	3 131	16	2 529	—	—	—	—
Transportes e comunicações	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Transportes	1	106	31	1 579	1	6	—	—	33	1 691	2	129	—	—	107	64 047
Bancos e outras instituições financeiras, seguros, operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Bancos e outras instituições monetárias e financeiras	—	—	3	634	—	—	—	—	3	634	—	—	3	7 640	21	22 459
Seguros	1	214	8	2 416	—	—	—	—	9	2 630	—	—	—	—	31	8 453
Operações sobre imóveis	4	2 538	23	516	31	145	—	—	58	3 199	25	3 421	—	—	—	—
Serviços prestados às empresas	—	—	6	91	1	178	—	—	7	269	5	34	—	—	1	24
Serviços prestados à colectividade	2	2 202	5	577	3	132	—	—	10	2 911	3	1 018	—	—	10	1 741
Serviços recreativos e culturais	2	161	—	—	—	—	—	—	2	161	4	430	—	—	—	—
Total	16	8 580	255	88 574	74	13 553	2	384	347	107 591	161	47 628	3	7 640	225	152 671

Sectores de actividade	Nacionalização 1976		Total		Transformação ou integração em empresa pública — De empresas com processo de intervenção 1976		De empresas nacionalizadas 1975		1976		1977		De empresas sem intervenção anterior 1974		1976		1977		Total		Desintervenção 1976		1977		Total	
	Número de empresas	Número de trabalhadores	Número de empresas	Número de trabalhadores	Número de empresas	Número de trabalhadores	Número de empresas	Número de trabalhadores	Número de empresas	Número de trabalhadores	Número de empresas	Número de trabalhadores	Número de empresas	Número de trabalhadores	Número de empresas	Número de trabalhadores	Número de empresas	Número de trabalhadores	Número de empresas	Número de trabalhadores	Número de empresas	Número de trabalhadores	Número de empresas	Número de trabalhadores	Número de empresas	Número de trabalhadores
Agricultura	—	—	1	500	1	0	—	—	—	—	—	—	—	—	1	38	—	—	2	38	1	26	—	—	1	26
Pesca	3	2 386	4	2 988	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Indústrias extractivas	—	—	1	814	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	87	1	87	—	—	2	1 075	2	1 075
Indústrias transformadoras	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Alimentares, bebidas e tabaco	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	15	—	—	7	1 353	7	1 353
Alimentares	3	1 824	3	1 824	—	—	—	—	1	15	—	—	—	—	—	—	—	—	5	5 427	—	—	2	327	2	327
Bebidas	—	—	7	5 736	—	—	—	—	—	—	5	5 427	—	—	—	—	—	—	2	1 552	—	—	—	—	—	—
Tabaco	—	—	4	1 897	—	—	—	—	2	1 522	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8	6 073	8	6 073
Têxteis, vestuário e couro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	1 870	2	1 870
Madeira e cortiça	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8	8 097	—	—	—	—	—	—
Papel e artes gráficas	3	1 909	9	8 088	1	945	—	—	7	7 152	—	—	—	—	—	—	—	—	8	14 492	—	—	3	3 327	3	3 327
Químicas	—	—	8	14 592	—	—	—	—	3	5 244	5	9 248	—	—	—	—	1	700	8	2 496	1	300	2	752	3	1 052
Minerais não metálicos	—	—	9	3 801	—	—	—	—	7	1 796	—	—	—	—	—	—	—	—	3	9 244	—	—	14	8 201	14	8 201
Metalúrgicas	—	—	3	9 244	—	—	—	—	3	9 244	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	250	1	250
Outras	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	14	12 821	—	—	—	—	—	—
Electricidade, gás e água	—	—	14	11 692	—	—	—	—	13	11 421	—	—	1	1 400	—	—	—	—	1	200	—	—	11	7 817	11	7 817
Construção e obras públicas	—	—	—	—	1	200	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Comércio e hotelaria	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	840	6	109	27	3 916	33	4 125
Comércio	—	—	1	840	—	—	—	—	1	840	—	—	—	—	—	—	—	—	17	2 249	—	—	1	14	1	14
Hotelaria	—	—	—	—	10	1 461	—	—	1	61	—	—	—	—	6	727	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Transportes e comunicações	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	103	55 231	1	65	8	65	9	120
Transportes	—	—	107	64 047	2	129	6	9 394	91	11 893	4	33 815	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Bancos e outras instituições financeiras, seguros, operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	21	3 257	1	0	7	45	8	45
Bancos e outras instituições monetárias e financeiras	—	—	24	30 099	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	27	—	—	1	5	1	5
Seguros	4	910	35	9 363	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	11	1 808	—	—	2	217	2	217
Operações sobre imóveis	—	—	—	—	18	3 243	—	—	—	—	—	—	—	—	3	14	—	—	4	430	—	—	—	—	—	—
Serviços prestados às empresas	—	—	1	24	2	27	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Serviços prestados à colectividade	—	—	10	1 741	1	10	9	1 780	1	18	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Serviços recreativos e culturais	—	—	—	—	3	302	—	—	—	—	—	—	—	—	1	128	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	13	7 029	241	167 340	39	6 317	15	11 174	131	49 237	14	48 490	1	1 400	11	907	2	787	213	118 311	10	500	98	35 297	108	35 897

Fonte: MT, *Intervenções e Desintervenções do Estado nas Empresas*, «Col. Textos», n.º 50

Número de empresas, por actividade, segundo a natureza jurídica das empresas

(Continente — 1981)

(QUADRO N.º 9)

	Actividades (CAE — 1973)	Natureza jurídica da empresa									
		Total		Empresa pública		Empresa em nome individual		Sociedade em nome colectivo		Sociedade em comandita	
	Total	87 628	1000	108	002°/oo	34 652	395°/oo	838	010°/oo	28	003°/oo
1	Agricultura, silvicultura, caça e pesca	3 781	1000	3	001°/oo	2 315	612°/oo	37	010°/oo	—	000°/oo
2	Indústrias extractivas	635	1000	2	003°/oo	356	560°/oo	2	003°/oo	—	000°/oo
3	Indústrias transformadoras	22 615	1000	24	001°/oo	8 927	395°/oo	207	009°/oo	10	000°/oo
4	Electricidade, gás e água	48	1000	2	012°/oo	7	146°/oo	1	021°/oo	—	000°/oo
5	Construção e obras públicas	8 509	1000	0	000°/oo	50 470	593°/oo	39	005°/oo	—	000°/oo
6	Comércio por grosso e a retalho e restaurantes e hotéis	33 520	1000	17	000°/oo	12 059	360°/oo	412	012°/oo	12	000°/oo
7	Transportes e comunicações	2 503	1000	16	006°/oo	437	175°/oo	23	009°/oo	1	000°/oo
8	Bancos, seguros e operações sobre imóveis	2 790	1000	21	008°/oo	512	184°/oo	14	005°/oo	3	000°/oo
9	Serviços	13 217	1000	18	001°/oo	4 991	274°/oo	103	006°/oo	2	000°/oo
0	Actividades mal definidas	10	1000	—	000°/oo	1	800°/oo	—	000°/oo	—	000°/oo

Número de empresas, por actividade, segundo a natureza jurídica das empresas

(Continente — 1981)

(QUADRO N.° 9, *continuação*)

Actividades (CAE — 1973)	Natureza jurídica da empresa											
	Sociedade anónima (SARL)		Sociedade por quotas (Lda.)		Cooperativas		Unidade colectiva de produção		Outras		Ignorados	
Total	1 739	020°/oo	41 524	474°/oo	1 454	017°/oo	71	001°/oo	5 969	068°/oo	1 245	014°/oo
1 Agricultura, silvicultura, caça e pesca	93	025°/oo	542	143°/oo	359	095°/oo	70	019°/oo	223	059°/oo	139	038°/oo
2 Indústrias extractivas	26	041°/oo	226	356°/oo	5	008°/oo	—	000°/oo	14	022°/oo	4	006°/oo
3 Indústrias transformadoras	705	031°/oo	11 902	526°/oo	251	011°/oo	1	000°/oo	405	018°/oo	183	008°/oo
4 Electricidade, gás e água	4	083°/oo	22	458°/oo	10	208°/oo	—	000°/oo	1	021°/oo	1	021°/oo
5 Construção e obras públicas	100	012°/oo	2 425	285°/oo	78	009°/oo	—	000°/oo	216	025°/oo	99	012°/oo
6 Comércio por grosso e a retalho e restaurantes e hotéis	447	013°/oo	19 159	572°/oo	462	014°/oo	—	000°/oo	685	020°/oo	276	008°/oo
7 Transportes e comunicações	62	025°/oo	1 905	761°/oo	18	007°/oo	—	000°/oo	22	009°/oo	19	008°/oo
8 Bancos, seguros e operações sobre imóveis	229	082°/oo	1 164	417°/oo	157	056°/oo	—	000°/oo	633	227°/oo	57	020°/oo
9 Serviços	70	004°/oo	3 677	202°/oo	114	006°/oo	—	000°/oo	3 767	208°/oo	475	026°/oo
0 Actividades mal definidas	3	300°/oo	2	200°/oo	—	000°/oo	—	000°/oo	3	300°/oo	1	100°/oo

Fonte: MT-SE, *Quadros de Pessoal.*

Número de pessoas ao serviço nas empresas, por actividade, segundo a natureza jurídica da empresa

(Continente — 1981)

(QUADRO N.º 10)

	Actividades (CAE — 1973)	Natureza jurídica da empresa									
		Total		Empresa pública		Empresa em nome individual		Sociedade em nome colectivo		Sociedade em comandita	
	Total	1 759 071	1000	230 307	131°/oo	184 007	105°/oo	12 036	007°/oo	289	000°/oo
1	Agricultura, silvicultura, caça e pesca	52 381	1000	563	011°/oo	12 455	238°/oo	959	018°/oo	—	000°/oo
2	Indústrias extractivas	14 794	1000	635	043°/oo	2 534	171°/oo	9	001°/oo	—	000°/oo
3	Indústrias transformadoras	822 884	1000	54 441	066°/oo	4 283	078°/oo	5 500	007°/oo	164	000°/oo
4	Electricidade, gás e água	21 427	1000	20 443	954°/oo	24	001°/oo	8	000°/oo	—	000°/oo
5	Construção e obras públicas	174 262	1000	2 640	002°/oo	35 053	201°/oo	665	004°/oo	—	000°/oo
6	Comércio por grosso e a retalho e restaurantes e hotéis	315 051	1000	2 971	009°/oo	46 265	147°/oo	3 582	011°/oo	64	000°/oo
7	Transportes e comunicações	145 346	1000	101 039	695°/oo	1 258	009°/oo	215	001°/oo	3	000°/oo
8	Bancos, seguros e operações sobre imóveis	78 295	1000	45 269	578°/oo	2 354	030°/oo	169	002°/oo	52	001°/oo
9	Serviços	134 534	1000	4 682	035°/oo	19 780	147°/oo	929	007°/oo	6	000°/oo
0	Actividades mal definidas	97	1000	—	000°/oo	1	010°/oo	—	000°/oo	—	000°/oo

Número de pessoas ao serviço nas empresas, por actividade, segundo a natureza jurídica da empresa

(Continente — 1981)

(QUADRO N.º 10, *continuação*)

	Actividades (CAE — 1973)	Natureza jurídica da empresa											
		Sociedade anónima (SARL)		Sociedade por quotas (Lda.)		Cooperativas		Unidade colectiva de produção		Outras		Ignorados	
	Total	345 915	197°/oo	862 540	490°/oo	36 629	021°/oo	5 184	003°/oo	72 192	041°/oo	9 972	006°/oo
1	Agricultura, silvicultura, caça e pesca	5 546	106°/oo	9 683	185°/oo	13 446	257°/oo	5 158	098°/oo	3 760	072°/oo	811	015°/oo
2	Indústrias extractivas	57 750	390°/oo	5 563	376°/oo	125	008°/oo	—	000°/oo	56	004°/oo	97	007°/oo
3	Indústrias transformadoras	223 298	271°/oo	458 133	557°/oo	10 427	013°/oo	26	000°/oo	4 602	006°/oo	2 010	002°/oo
4	Electricidade, gás e água	69	003°/oo	812	038°/oo	62	003°/oo	—	000°/oo	3	000°/oo	6	000°/oo
5	Construção e obras públicas	32 212	185°/oo	99 856	573°/oo	2 553	015°/oo	—	000°/oo	2 844	016°/oo	815	000°/oo
6	Comércio por grosso e a retalho e restaurantes e hotéis	46 830	141°/oo	203 771	647°/oo	6 354	020°/oo	—	000°/oo	3 713	012°/oo	1 501	005°/oo
7	Transportes e comunicações	13 118	090°/oo	26 461	182°/oo	645	004°/oo	—	000°/oo	2 515	017°/oo	92	000°/oo
8	Bancos, seguros e operações sobre imóveis	13 626	174°/oo	10 770	138°/oo	732	138°/oo	—	000°/oo	4 898	063°/oo	425	005°/oo
9	Serviços	5 424	040°/oo	47 460	353°/oo	2 285	017°/oo	—	000°/oo	49 782	370°/oo	4 181	031°/oo
0	Actividades mal definidas	17	175°/oo	31	320°/oo	—	000°/oo	—	000°/oo	14	144°/oo	34	351°/oo

Fonte: MT-SE, *Quadros de Pessoal.*

Evolução da estrutura de emprego, por níveis de qualificação

(Em percentagem do total de pessoal ao serviço)

(QUADRO N.º 11)

	Total		Indústrias extractivas		Indústrias transformadoras		Construção e obras públicas		Electricidade gás e água		Comércio por grosso		Comércio a retalho		Bancos		Seguros		Operações sobre imóveis	
	1974	1981	1974	1981	1974	1981	1974	1981	1974	1981	1974	1981	1974	1981	1974	1981	1974	1981	1974	1981
Pessoal dirigente	0,8	0,9	0,3	0,6	0,6	0,8	0,3	0,8	0,6	0,4	1,6	1,7	1,1	1,5	3,0	2,6	2,2	1,9	0,5	0,7
Pessoal técnico	3,4	4,0	1,8	3,0	2,0	3,0	1,3	2,8	7,7	9,7	4,7	6,3	3,1	4,3	11,3	8,4	12,2	14,6	15,0	6,3
Superior	1,2	1,8	0,9	1,5	0,8	0,3	0,6	1,3	3,4	4,9	1,9	2,3	1,1	1,6	4,8	5,2	3,5	4,5	1,5	3,4
Médio	1,8	2,2	0,9	1,5	1,2	1,7	0,7	1,5	4,3	4,8	2,8	4,0	2,0	2,7	6,5	3,2	9,2	10,1	13,5	2,9
Pessoal administrativo	10,3	11,0	5,1	5,5	5,9	7,0	3,6	5,0	20,1	20,8	24,4	23,5	15,7	18,5	63,9	78,7	62,6	57,0	7,3	8,7
Grupo I	1,6	2,0	0,9	1,1	0,9	1,2	0,5	0,7	2,2	2,2	3,8	3,6	2,0	2,9	13,9	18,9	8,0	5,9	1,0	1,5
Grupo II	6,1	7,3	2,9	3,0	3,3	4,6	1,8	2,5	13,2	11,6	14,3	15,9	9,1	12,7	40,1	53,3	39,3	44,2	4,8	5,2
Grupo III	2,6	1,7	1,3	1,4	1,7	1,2	1,3	1,8	4,7	7,0	6,3	4,0	4,6	2,9	9,9	1,5	15,3	6,9	1,5	2,0
Pessoal comercial	6,3	5,4	0,7	1,0	2,6	2,8	0,3	0,4	0,9	5,9	24,0	30,6	44,7	36,5	5,6	1,5	11,3	15,8	8,7	4,5
Grupo I	1,6	1,2	0,1	0,2	0,5	0,6	0,1	0,1	—	0,3	4,6	5,4	5,0	6,1	3,2	0,3	4,5	5,3	2,4	2,9
Grupo II	2,9	2,9	0,3	0,3	1,3	1,4	0,1	0,2	0,4	4,2	13,4	17,5	26,0	22,2	2,3	1,1	5,3	8,8	—	0,8
Grupo III	1,8	1,3	0,3	0,5	0,8	0,8	0,1	0,1	0,5	1,4	6,0	7,7	13,7	8,2	0,1	0,1	1,6	1,7	6,3	0,8
Pessoal de produção	49,3	59,9	53,4	62,7	56,3	68,8	47,7	50,1	51,2	51,2	22,6	21,5	18,0	26,1	5,5	1,2	1,1	2,4	43,7	68,5
Encarregados, contramestres	2,8	2,8	3,8	4,0	2,7	2,9	4,5	4,1	2,6	3,9	1,5	1,4	1,3	1,5	1,8	0,2	0,1	—	0,5	2,8
Chefes de equipa	1,4	2,0	—	3,0	1,4	2,0	1,3	1,5	1,1	1,5	0,8	0,6	0,4	1,0	3,0	0,1	—	0,4	0,5	4,0
Altamente qualificados	3,0	4,6	3,3	8,6	3,3	4,2	0,7	3,1	5,6	2,5	3,0	1,1	1,2	1,3	—	0,0	0,1	1,2	—	11,8
Qualificados	25,7	30,5	29,8	37,2	27,7	31,8	32,5	35,2	28,5	34,0	11,3	11,6	9,0	15,9	0,6	0,8	0,9	0,6	25,2	40,3
Semiqualificados	16,4	20,0	15,5	9,9	21,2	27,9	8,7	6,2	13,4	9,3	6,0	6,8	6,1	6,4	0,1	0,1	—	0,2	17,5	9,6
Pessoal não qualificado	20,0	14,1	32,0	23,4	19,3	12,4	37,0	31,0	18,8	11,1	17,5	15,0	10,6	9,4	9,7	7,6	7,6	6,0	23,8	10,6
Praticantes	4,0	1,9	2,6	2,6	5,1	2,2	2,4	2,7	0,2	0,1	2,6	1,0	4,0	2,2	1,0	0,0	2,1	2,2	—	0,4
Aprendizes	6,3	2,8	4,1	1,2	8,2	3,0	7,4	7,2	0,5	0,8	2,6	0,4	2,8	1,5	—	—	0,4	0,1	1,0	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Evolução da estrutura de emprego, por níveis de qualificação

(Em percentagem do total de pessoal ao serviço)

(QUADRO N.º 11, *continuação*)

	Transportes		Comunicações		Serviços pessoais		Alimentação		Bebidas		Têxteis		Vestuário e calçado		Madeira e cortiça		Mobiliário		Papel	
	1974	1981	1974	1981	1974	1981	1974	1981	1974	1981	1974	1981	1974	1981	1974	1981	1974	1981	1974	1981
Pessoal dirigente	0,7	0,7	1,2	4,0	1,2	1,5	0,9	1,0	1,2	1,6	0,5	0,7	0,6	0,6	0,6	0,8	0,5	0,7	0,6	0,7
Pessoal técnico	5,6	6,2	6,8	11,9	1,6	1,9	1,1	2,6	4,7	3,8	0,8	1,2	0,7	0,5	0,7	1,1	1,5	2,0	1,5	2,5
Superior	2,1	3,4	2,8	5,2	0,4	0,5	0,4	1,2	1,9	1,7	0,3	0,5	0,3	0,2	0,2	0,5	0,7	0,9	0,5	1,1
Médio	3,5	2,8	4,0	6,7	1,2	1,4	0,7	1,4	2,8	2,1	0,5	0,7	0,4	0,3	0,5	0,6	0,8	1,1	1,0	1,4
Pessoal administrativo	11,7	8,5	18,0	20,5	5,3	6,9	6,1	7,6	13,6	9,7	3,2	3,7	3,2	3,4	4,7	5,1	6,3	7,0	8,3	7,3
Grupo I	1,5	1,5	1,0	4,0	1,1	1,0	1,2	1,3	2,7	1,7	0,6	0,7	0,6	0,6	0,8	1,0	1,1	0,8	1,1	1,2
Grupo II	8,1	5,0	1,6	16,5	2,5	4,3	3,5	4,9	7,7	5,7	1,7	2,5	1,8	2,1	2,6	3,3	3,0	5,3	5,5	5,2
Grupo III	2,1	2,0	15,4	—	1,7	1,6	1,4	1,4	3,2	2,3	0,9	0,5	0,8	0,7	1,3	0,8	2,2	0,9	1,7	0,9
Pessoal comercial	13,6	4,7	45,2	—	6,4	5,4	8,0	8,1	7,7	8,7	0,8	1,8	3,2	3,2	1,2	1,2	1,6	1,9	1,1	2,4
Grupo I	9,4	3,0	0,9	—	1,2	0,5	0,7	0,9	1,4	1,1	0,2	0,4	0,6	0,3	0,4	0,4	0,4	0,7	0,4	0,5
Grupo II	0,6	0,9	2,0	—	2,9	3,2	4,7	4,3	2,5	4,5	0,4	0,7	1,8	1,8	0,5	0,7	0,8	0,7	0,5	1,1
Grupo III	3,6	0,8	42,3	—	2,3	1,7	2,6	2,9	3,8	3,1	0,2	0,7	0,9	1,1	0,3	0,1	0,4	0,5	0,2	0,8
Pessoal de produção	55,4	68,5	—	55,2	55.5	60,8	32,2	50,3	25,3	46,5	66,8	80,8	54,6	72,5	42,3	57,6	49,6	69,9	51,5	58,7
Encarregados, contramestres	4,2	2,8	—	—	2,0	2,9	2,1	2,3	2,1	2,8	2,3	2,6	1,7	1,8	2,4	3,4	2,7	3,2	2,5	2,6
Chefes de equipa	1,1	4,0	—	—	2,4	2,7	1,2	1,4	0,9	3,5	0,8	1,0	1,4	1,1	0,7	0,7	1,4	1,7	1,9	1,3
Altamente qualificados	6,5	11,3	—	36,9	1,6	4,7	0,6	1,7	0,9	1,0	2,5	2,8	0,9	1,4	0,7	1,5	1,4	2,0	4,5	3,1
Qualificados	33,3	41,0	—	—	32,4	30,9	11,2	19,0	6,2	11,5	40,0	31,7	24,3	38,3	24,7	31,3	27,5	36,4	19,3	28,6
Semiqualificados	10,3	9,4	—	18,3	17,1	19,6	17,1	25,9	15,2	27,7	21,2	42,7	26,3	29,9	13,8	20,7	16,6	26,6	23,3	23,1
Pessoal não qualificado	11,4	10,7	28,8	8,4	22,1	16,0	46,1	26,9	44,0	29,1	11,2	7,0	15,0	9,8	40,2	27,3	22,1	11,3	26,1	25,5
Praticantes	0,1	0,4	—	—	3,4	3,0	2,2	2,1	0,1	0,3	4,8	1,4	7,4	4,9	3,3	1,8	5,3	3,7	1,1	0,6
Aprendizes	0,6	0,3	—	—	4,5	4,5	3,4	1,4	3,4	0,3	12,0	3,4	15,3	5,1	7,0	5,1	13,1	3,5	9,8	2,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Evolução da estrutura de emprego, por níveis de qualificação

(Em percentagem do total de pessoal ao serviço)

(QUADRO N.º 11, *continuação*)

	Tipografia		Curtumes		Borracha		Químicas		Petróleo		Produtos minerais não metálicos		Metalúrgicas de base		Metalo-mecânicas		Transformadoras diversas	
	1974	1981	1974	1981	1974	1981	1974	1981	1974	1981	1974	1981	1974	1981	1974	1981	1974	1981
Pessoal dirigente	0,8	1,2	0,7	1,2	0,9	0,7	0,7	1,4	0,2	—	0,6	0,9	0,4	—	0,5	0,7	0,5	1,0
Pessoal técnico	1,7	4,7	2,1	1,6	1,4	5,5	4,3	7,5	12,9	14,6	1,4	2,3	2,4	14,6	3,7	4,1	1,5	2,5
Superior	0,8	1,2	1,2	0,9	0,8	1,9	2,4	3,1	3,1	8,3	0,5	1,0	0,9	8,3	1,3	2,0	0,4	1,1
Médio	0,9	3,5	0,9	0,7	0,6	3,6	1,9	4,4	9,8	6,3	0,9	1,3	1,5	6,3	2,4	2,1	1,1	1,4
Pessoal administrativo	9,8	13,0	5,0	5,8	7,1	8,9	9,7	13,9	17,2	20,8	5,5	5,9	5,5	20,8	7,6	8,3	6,2	7,5
Grupo I	1,2	1,9	0,8	0,8	0,9	1,2	1,3	2,3	0,4	6,3	0,7	0,9	0,7	6,3	1,1	1,5	0,8	1,3
Grupo II	5,2	9,3	2,7	4,4	4,2	6,5	6,0	9,2	15,6	12,4	3,3	4,2	2,5	12,4	4,0	5,1	3,4	4,6
Grupo III	3,4	1,8	1,5	0,6	2,0	1,2	2,4	2,4	1,2	2,1	1,5	0,8	2,3	2,1	2,5	1,7	2,0	1,6
Pessoal comercial	10,7	7,3	3,2	2,2	3,5	2,1	3,2	5,8	0,2	—	1,6	1,4	1,5	—	1,9	1,7	3,4	3,2
Grupo I	0,9	1,4	0,9	0,8	0,3	0,7	1,2	1,6	0,2	—	0,4	0,4	0,3	—	0,5	0,4	1,1	0,9
Grupo II	7,0	3,6	1,1	1,1	2,8	1,1	1,4	3,2	—	—	0,7	0,6	0,8	—	0,9	0,9	1,5	1,7
Grupo III	2,8	2,3	1,2	0,3	0,4	0,3	0,6	1,0	—	—	0,5	0,4	0,4	—	0,5	0,4	0,8	0,6
Pessoal de produção	43,0	55,7	53,5	66,6	45,0	68,1	59,1	62,2	57,5	43,8	54,2	63,0	63,6	43,8	60,8	72,2	61,8	70,2
Encarregados, contramestres	2,1	2,4	2,5	4,2	2,9	1,5	5,1	3,2	8,9	10,4	3,3	3,7	2,6	10,4	2,8	3,2	2,5	2,5
Chefes de equipa	1,0	1,5	1,0	1,8	2,0	1,8	1,3	2,9	—	—	1,1	1,2	2,2	—	2,4	3,4	1,7	2,4
Altamente qualificados	2,1	10,6	0,5	0,6	2,0	2,0	8,2	5,6	10,4	2,1	1,3	4,5	12,1	2,1	4,9	6,2	4,0	3,5
Qualificados	25,5	27,7	25,3	46,8	11,6	32,3	21,0	24,3	30,9	31,3	27,2	30,3	25,5	31,3	28,4	37,8	19,5	25,7
Semiqualificados	12,3	13,5	24,2	13,2	26,5	30,5	23,5	26,2	7,3	—	21,2	23,3	21,2	—	22,3	21,6	34,1	36,1
Pessoal não qualificado	13,6	9,3	22,2	18,0	24,6	10,7	19,3	8,6	11,2	20,8	30,6	21,9	13,6	20,8	10,4	6,3	15,8	10,9
Praticantes	5,4	3,7	3,4	1,5	9,1	1,2	1,2	0,3	—	—	1,1	1,3	8,7	—	8,1	3,5	4,9	1,8
Aprendizes	15,0	5,1	9,9	3,1	8,4	2,8	2,5	0,3	—	—	5,0	3,3	4,3	—	6,5	3,2	5,9	2,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MT, *Inquérito de Níveis de Qualificação* de 1974 e de 1981.

Diferenciações interactividades — índices de dispersão dos salários de base(*a*) mé

Continente — nos grandes sectores de

(QUADRO N.º 12)

Sectores de actividade (ordenados de acordo com os índices de 1975 para o total de H+M)	1975			1976		1977	
	H + M	H	M	H	M	H	M
Bancos	146,0	141,2	138,3	132,3	148,2	128,9	140,4
Seguros	132,1	130,0	142,2	130,3	141,9	140,7	150,5
Electricidade, gás e água	117,8	113,7	117,1	110,6	113,4	113,5	121,0
Pesca	101,2	101,9	62,2	115,2	67,2	90,1	63,8
Operações sobre imóveis	99,5	114,6	86,5	105,3	109,9	124,6	106,6
Comércio	97,4	98,3	94,3	100,0	94,1	99,3	94,3
Transportes e comunicações	96,9	92,0	118,5	94,3	101,7	91,1	102,9
Indústrias transformadoras	78,7	82,9	73,7	82,6	70,9	83,6	72,9
Construção civil	77,8	73,9	94,0	72,1	89,5	73,6	88,1
Indústrias extractivas	76,6	73,4	72,7	74,2	80,5	74,2	81,5
Serviços pessoais	76,0	77,9	80,5	83,0	82,7	80,4	77,8
Média simples	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Coeficiente de variação (percentagem)	23,6	22,9	30,5	21,0	26,7	23,4	27,8
Amplitude máxima (índice)	70,0	67,8	96,1	60,2	81,0	67,1	86,7

(*a*) Não inclui subsídios, prémios, gratificações, pagamento das horas extraordinárias, etc.
(*b*) Valor não disponível.

Fonte: MTSS, SE, *Inquérito «Níveis de Qualificação»*.

dios mensais em relação à média simples das actividades, para homens e mulheres

actividade não agrícola — Setembro)

1978		1979		1980		1981		Estrutura de emprego (percentagem de mulheres em relação ao total de cada sector)						
H	M	H	M	H	M	H	M	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
135,6	134,5	145,2	146,4	146,6	145,1	147,2	142,0	14,5	17,2	17,4	20,9	19,5	19,0	23,3
145,4	151,3	146,1	142,6	154,9	158,6	(*b*)	(*b*)	23,9	22,8	21,4	21,9	23,7	24,9	—
98,4	106,4	112,1	116,5	110,3	116,6	108,9	117,5	8,5	7,3	6,6	7,8	10,5	9,9	11,3
110,7	72,9	78,7	68,0	84,6	76,3	95,7	62,9	10,9	5,4	9,1	7,5	10,4	5,1	20,4
129,4	101,0	150,7	126,3	126,8	100,9	122,3	104,1	42,6	29,0	42,5	13,1	28,1	43,6	39,1
96,1	93,4	97,0	92,3	97,0	93,0	96,5	93,0	24,1	25,2	24,9	25,2	25,2	25,1	24,4
95,3	130,2	90,4	114,2	85,2	99,0	96,5	124,8	17,8	9,3	8,3	8,5	13,7	9,4	9,4
78,3	70,2	78,1	68,5	84,8	73,9	84,7	72,3	32,2	33,6	32,4	31,4	31,9	32,3	31,2
67,2	83,8	64,2	85,2	65,7	88,0	68,9	89,4	2,0	1,9	2,4	2,3	2,1	2,4	2,7
70,3	84,7	67,6	71,4	71,3	77,7	76,7	83,2	3,4	4,3	4,0	4,9	4,0	4,8	6,0
73,3	72,1	69,7	68,6	73,0	71,0	75,6	76,1	38,0	36,2	43,1	44,1	44,5	12,8	38,0
100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	26,0	26,5	24,8	25,0	25,1	25,7	24,3
27,4	27,7	33,4	30,4	30,7	29,2	24,3	26,6	—	—	—	—	—	—	—
78,2	81,1	86,5	78,4	89,2	87,6	76,3	79,1	—	—	—	—	—	—	—

Diferenciações interqualificações — índices de dispersão dos salários de base(a) mensais

Continente — no conjunto dos grandes sec

(QUADRO N.º 13)

Níveis de qualificação (ordenados de acordo com os índices de 1975)	1975			1976		1977	
	H + M	H	M	H	M	H	M
Pessoal dirigente	432,1	415,8	318,7	392,7	326,3	392,1	367,2
Pessoal técnico	312,7	300,6	289,5	268,9	269,2	258,5	216,2
Encarregados, mestres e capatazes	186,2	178,8	158,0	167,3	154,9	162,6	155,3
Pessoal administrativo	173,6	173,9	177,5	159,9	176,0	158,3	174,3
Pessoal altamente qualificado	168,4	161,7	140,6	152,1	147,8	145,2	162,6
Chefes de equipa	160,6	155,3	144,1	153,2	136,0	148,5	94,3
Pessoal comercial	156,8	158,1	136,4	160,2	130,6	159,2	137,1
Pessoal qualificado	128,6	128,9	113,3	126,1	106,1	124,2	107,6
Pessoal semiqualificado	109,2	113,1	107,4	110,9	104,3	112,4	107,3
Pessoal não qualificado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Praticantes	86,9	86,5	86,2	87,0	88,5	87,1	86,8
Aprendizes	62,6	61,0	67,0	63,0	66,0	63,4	67,9
Coeficiente de variação (percentagem)	59,9	58,1	50,4	55,3	50,7	56,0	54,4
Amplitude máxima (índice)	369,5	354,8	251,7	329,7	200,3	333,7	299,3

(a) Não inclui subsídios, prémios, gratificações, pagamento das horas extraordinárias, etc.

Fonte: MTSS, SE, *Inquérito «Níveis de Qualificação»*.

dos homens e das mulheres nos vários níveis de qualificação, em relação ao não qualificado

tores de actividade não agrícola — Setembro)

1978		1979		1980		1981		Percentagem de mulheres em relação ao total						
H	M	H	M	H	M	H	M	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
416,6	372,9	437,0	395,8	402,0	302,4	379,9	320,9	3,7	3,0	2,3	2,8	2,0	3,5	4,1
270,4	266,1	281,4	269,0	282,7	274,3	302,3	273,9	6,3	7,1	6,2	6,7	7,0	7,8	8,1
171,7	151,2	172,4	146,4	176,5	157,7	176,2	155,9	4,4	5,0	4,9	4,6	5,0	5,4	5,0
163,0	168,8	172,2	173,0	170,2	172,0	173,9	172,8	35,1	36,1	36,4	38,8	38,4	39,2	39,1
152,6	148,2	151,3	161,8	148,9	155,6	148,7	153,3	4,1	48,0	2,0	3,7	2,5	3,2	4,3
152,2	138,3	155,8	151,5	159,4	141,4	156,8	137,3	7,9	8,6	7,6	7,7	9,7	8,0	6,3
162,7	137,6	172,8	142,5	163,4	135,2	156,4	161,7	20,8	20,9	20,8	22,4	21,0	20,7	21,5
126,4	108,1	124,6	101,5	129,6	110,1	127,4	104,6	19,6	18,4	17,0	14,0	16,8	18,1	16,1
112,7	102,0	110,6	103,5	118,8	106,2	114,9	103,1	39,9	43,2	41,6	43,3	41,5	42,2	41,6
100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	30,4	30,1	30,2	29,3	31,9	30,4	27,0
86,7	83,2	86,2	83,1	87,2	86,0	86,0	83,4	27,2	26,5	21,3	14,7	16,5	23,9	21,4
61,9	64,1	58,5	64,3	58,2	66,4	57,8	65,3	31,1	26,0	22,6	21,2	21,0	22,9	20,1
57,9	56,3	60,4	58,4	56,0	47,6	55,3	49,8	—	—	—	—	—	—	—
354,7	308,0	378,5	331,5	343,8	236,9	322,1	255,6	—	—	—	—	—	—	—

Distribuição percentual do número de pessoas ao serviço por tipo de vínculo nas actividades económicas

(Continente — Março de 1984)

(QUADRO N.º 14)

CAE/1973	Homens/mulheres				Homens				Mulheres			
	Total	Permanentes	Contratos a prazo	Deslocados e outros	Total	Permanentes	Contratos a prazo	Deslocados e outros	Total	Permanentes	Contratos a prazo	Deslocados e outros
Total	100,0	87,0	12,9	0,1	100,0	87,1	12,8	0,1	100,0	86,7	13,2	0,1
13 Pesca	100,0	87,8	12,2	0,0	100,0	92,4	7,5	0,1	100,0	63,8	36,2	0,0
2 Indústrias extractivas	100,0	89,6	10,3	0,1	100,0	89,6	10,3	0,1	100,0	89,4	10,6	0,0
3 Indústrias transformadoras	100,0	87,3	12,6	0,1	100,0	88,3	11,6	0,1	100,0	85,6	14,4	0,0
311/312 Indústria de alimentação	100,0	84,4	15,6	0,0	100,0	86,0	14,0	0,0	100,0	82,2	17,8	0,0
313 Indústria de bebidas	100,0	87,6	12,4	0,0	100,0	87,2	12,8	0,0	100,0	88,7	11,3	0,0
314 Indústria de tabaco	100,0	84,3	15,7	0,0	100,0	84,7	15,3	0,0	100,0	83,8	16,2	0,0
321 Indústria de têxteis	100,0	85,4	14,6	0,0	100,0	83,6	16,4	0,0	100,0	87,1	12,9	0,0
322 Indústria de vestuário	100,0	79,9	20,1	0,0	100,0	86,2	13,8	0,0	100,0	79,2	20,8	0,0
323 Indústria de curtumes	100,0	83,3	16,7	0,0	100,0	81,9	18,1	0,0	100,0	86,2	13,8	0,0
324 Indústria de calçado	100,0	83,2	16,8	0,0	100,0	89,9	10,1	0,0	100,0	78,6	21,4	0,0
331 Indústria de madeira	100,0	82,3	17,7	0,0	100,0	81,0	19,0	0,0	100,0	85,2	14,8	0,0
332 Indústria de mobiliário	100,0	86,0	14,0	0,0	100,0	89,1	12,9	0,0	100,0	79,2	20,8	0,0
341 Indústria do papel	100,0	86,0	14,0	0,0	100,0	84,2	15,7	0,1	100,0	91,2	8,8	0,0
342 Artes gráficas e publicações	100,0	88,7	11,3	0,0	100,0	89,3	10,7	0,0	100,0	86,5	13,5	0,0
351/354 Indústrias químicas e petróleo	100,0	91,6	8,4	0,0	100,0	90,9	9,1	0,0	100,0	93,2	6,8	0,0
353 Indústria de borracha	100,0	88,7	11,3	0,0	100,0	87,2	12,8	0,0	100,0	94,0	6,0	0,0
356 Indústria de artigos plásticos	100,0	91,1	8,9	0,0	100,0	89,5	10,5	0,0	100,0	94,3	5,7	0,0
36 Indústria de produtos minerais não metálicos	100,0	87,2	12,8	0,0	100,0	86,9	13,1	0,0	100,0	88,5	11,5	0,0
37 Indústrias metalúrgicas de base	100,0	95,0	4,9	0,1	100,0	95,1	4,8	0,1	100,0	93,4	6,5	0,1
381/385 Produtos metálicos, máquinas, material de transporte e instrumentação	100,0	90,9	8,8	0,2	100,0	91,5	8,2	0,3	100,0	88,7	11,2	0,1
39 Outras indústrias transformadoras	100,0	84,7	15,3	0,0	100,0	85,1	14,9	0,0	100,0	84,4	15,6	0,0
4 Electricidade, gás e água	100,0	97,8	2,1	0,1	100,0	98,5	1,4	0,1	100,0	92,4	7,6	0,0
5 Construção e obras públicas	100,0	59,6	40,2	0,2	100,0	58,8	41,0	0,2	100,0	74,5	25,4	0,1
61/62 Comércio	100,0	88,6	11,3	0,1	100,0	88,5	11,4	0,1	100,0	89,0	10,9	0,1
63 Restaurantes e hotéis	100,0	78,3	21,7	0,0	100,0	77,7	22,3	0,0	100,0	79,1	20,9	0,0
7 Transportes e comunicações	100,0	98,1	1,9	0,0	100,0	97,9	2,1	0,0	100,0	98,7	1,3	0,0
8 Bancos, seguros e operações sobre imóveis	100,0	94,8	5,0	0,2	100,0	94,7	5,1	0,2	100,0	95,1	4,8	0,1
9 Serviços prestados, colectivos, sociais e serviços pessoais	100,0	84,3	15,4	0,3	100,0	86,4	13,3	0,3	100,0	81,6	18,2	0,2

Fonte: MT — SE, *Inquérito Trimestral de Emprego.*

Distribuição percentual de entradas e saídas de pessoal, por motivos, nas actividades económicas

(Continente — Março de 1984)

(QUADRO N.º 15)

CAE/1973	Entradas					Saídas					
	Total	Entradas por novos contratos a prazo	Entradas por novos contratos permanentes	Entradas por reintegração de suspensão temporária	Outras entradas	Total	Despedimentos	Cessações de contratos a prazo	Saídas voluntárias	Suspensões temporárias	Outras saídas
Total	100,0	66,4	14,3	10,8	8,5	100,0	2,6	32,9	32,3	14,2	18,0
13 Pesca	100,0	51,5	35,1	2,1	11,3	100,0	0,0	11,8	81,5	2,0	4,7
2 Indústrias extractivas	100,0	47,7	27,9	20,2	4,2	100,0	1,9	16,2	50,4	12,1	19,4
3 Indústrias transformadoras	100,0	69,7	10,0	13,6	6,7	100,0	2,4	23,5	38,5	19,5	16,1
311/312 Indústria de alimentação	100,0	73,1	6,0	11,6	9,3	100,0	1,0	39,4	29,0	16,0	14,2
313 Indústria de bebidas	100,0	68,1	9,3	16,6	6,0	100,0	0,0	44,4	21,9	10,7	23,0
314 Indústria de tabaco	100,0	77,8	22,2	0,0	0,0	100,0	1,7	83,3	5,0	0,0	10,0
321 Indústria de têxteis	100,0	73,1	7,9	16,4	2,6	100,0	1,7	21,1	37,7	30,4	9,1
322 Indústria de vestuário	100,0	80,3	8,7	3,2	7,8	100,0	3,7	33,1	39,4	12,8	11,0
323 Indústria de curtumes	100,0	77,0	11,0	9,0	3,0	100,0	5,9	23,5	36,8	20,6	13,2
324 Indústria de calçado	100,0	74,2	17,9	1,9	6,0	100,0	28,3	13,9	39,8	16,0	2,0
331 Indústria de madeira	100,0	84,7	8,8	2,6	3,9	100,0	3,9	21,6	42,4	13,3	18,8
332 Indústria de mobiliário	100,0	70,7	16,4	1,7	11,2	100,0	1,8	28,3	41,5	11,0	17,4
341 Indústria do papel	100,0	58,0	11,3	26,6	4,1	100,0	0,5	29,5	21,2	34,3	14,5
342 Artes gráficas e publicações	100,0	62,9	9,3	9,8	18,0	100,0	2,5	23,7	46,5	12,4	14,9
351/354 Indústrias químicas e petróleo	100,0	68,7	19,5	2,8	9,0	100,0	2,6	38,7	32,1	5,9	20,7
355 Indústria de borracha	100,0	93,9	4,1	2,0	0,0	100,0	1,4	49,9	19,9	17,8	11,0
356 Indústria de artigos plásticos	100,0	75,9	15,2	1,3	7,6	100,0	2,6	26,0	25,5	4,6	41,3
36 Indústria de produtos minerais não metálicos	100,0	76,8	10,5	11,4	1,3	100,0	2,8	29,9	39,3	13,2	14,8
37 Indústrias metalúrgicas de base	100,0	42,1	10,0	43,8	4,1	100,0	1,6	15,2	25,0	37,7	20,5
381/385 Produtos metálicos, máquinas, material de transporte e instrumentação	100,0	57,5	11,2	19,7	11,6	100,0	1,8	16,9	43,8	18,2	19,3
39 Outras indústrias transformadoras	100,0	63,1	8,3	25,0	3,6	100,0	1,5	38,1	29,1	20,1	11,2
4 Electricidade, gás e água	100,0	16,5	25,2	31,3	27,0	100,0	0,3	7,7	14,3	39,6	38,1
5 Construção e obras públicas	100,0	89,3	5,1	0,6	5,0	100,0	4,1	64,1	20,1	2,7	9,0
61/62 Comércio	100,0	46,8	37,6	4,4	11,2	100,0	2,3	33,0	30,0	7,2	27,5
63 Restaurantes e hotéis	100,0	73,5	17,5	3,4	5,6	100,0	1,8	42,4	32,9	10,9	12,0
7 Transportes e comunicações	100,0	25,8	17,1	36,2	20,9	100,0	2,4	15,3	12,9	23,7	45,7
8 Bancos, seguros e operações sobre imóveis	100,0	32,4	40,3	7,8	19,5	100,0	2,1	20,2	26,9	5,9	44,9
9 Serviços prestados, colectivos, sociais e serviços pessoais	100,0	59,3	14,8	10,1	15,8	100,0	1,5	26,5	35,1	16,1	20,8

Fonte: MT — SE, *Inquérito Trimestral de Emprego.*

Trabalhadores assalariados não declarados e taxas de não declaração por sector de actividade (1981)

(QUADRO N.º 16)

CAE	Sector de actividade	TAND	Taxa de não declaração (percentagem)
5	Construção e obras públicas	178 408	51
951	Serviços de reparação diversos	35 494	54
620	Comércio a retalho	25 252	17
322	Vestuário	15 147	20
352	Outros produtos químicos	12 882	39
13	Pesca	12 740	59
321	Têxteis	11 639	7
332	Mobiliário	11 232	30
372	Indústrias básicas de metais não ferrosos	10 876	65
381	Produtos metálicos, excepto material de transporte	10 464	12
711	Transportes terrestres	7 761	10
632	Hotéis, pensões e outros locais de alojamento	6 561	23
631	Restaurantes, actividades similares, comidas e bebidas	6 313	12
331	Madeira e cortiça	5 210	13
311/312	Alimentação	3 696	5
832	Serviços prestados às empresas	3 673	15
324	Calçado	3 549	17
410	Electricidade, gás e vapor	3 488	15
342	Artes gráficas e edições	3 174	11
959	Serviços pessoais diversos	3 073	23
920	Serviços de saneamento e limpeza	2 450	24
362	Vidro e artigos de vidro	2 063	17
949	Serviços recreativos diversos	1 502	25
719	Serviços relacionados com transportes	1 419	13
361	Porcelana, faiança e olaria	1 404	8
383	Máquinas e outro material eléctrico	992	3
382	Máquinas não eléctricas	148	0,4

Fonte: Maria João Rodrigues, «Trabalho oculto e processos de submersão», *in* António Figueiredo (coord.), *A Economia Subterrânea e o Exercício da Política Económica e Social em Portugal*, Lisboa, ed. do Instituto Damião de Góis, 1985.

Repartição da população residente sem actividade económica com 15 e mais anos

(Continente)

(QUADRO N.º 17)

	1970		1981	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Total	2 822 810	100,0	3 057 327	100,0
Estudantes	236 930	8,3	346 292	11,3
Domésticos	2 102 915	74,4	1 265 551	41,3
Reformados ou aposentados	159 930	5,6	863 334	28,2
Incapacitados para o trabalho	106 275	3,7	387 252	12,6
Pessoas vivendo de rendimentos	125 155	4,4	18 111	0,5
Outros	91 605	3,2	176 787	5,7
	8 074 975	34,9	9 336 760	32,7

Fonte: INE, *XI* e *XII Recenseamentos Gerais da População.*

Evolução das taxas de actividade das mulheres por grupos etários

(Estimativas — continente — 2.° semestre — percentagem)

(QUADRO N.° 18)

Grupos etários	1960	1970	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Total	16,6	19,2	34,0	32,7	33,4	33,8	34,4	35,8	35,9	36,2	36,0
10 a 14 anos	8,4	10,5	11,1	11,0	9,8	9,0	10,0	9,7	9,0	8,4	7,6
15 a 19 anos	28,4	45,7	60,2	55,4	55,0	53,8	52,3	56,2	54,4	53,7	52,7
20 a 24 anos	27,5	46,3	69,2	68,8	69,7	67,5	71,4	70,9	69,4	69,4	62,4
25 a 29 anos	20,5	33,6	59,6	56,7	63,0	68,9	66,7	70,0	67,5	70,1	72,5
30 a 34 anos	17,2	25,9	50,0	50,0	51,5	55,6	58,6	62,3	63,7	65,5	63,1
35 a 39 anos	15,8	23,2	47,4	45,4	49,8	49,1	50,5	54,5	58,4	57,6	59,1
40 a 44 anos	15,2	21,6	44,6	42,7	43,4	46,9	48,6	52,8	51,2	54,3	50,5
45 a 49 anos	14,7	19,9	45,7	42,7	42,3	45,7	43,7	46,2	44,2	46,0	47,0
50 a 54 anos	14,1	17,8	39,5	38,7	39,1	39,8	41,1	41,1	42,4	41,5	41,7
54 a 59 anos	13,7	15,4	34,3	36,0	36,0	34,2	36,9	36,1	34,5	34,2	34,9
60 a 64 anos	12,5	13,6	30,8	27,5	26,2	27,0	27,7	28,5	29,0	25,7	23,2
65 anos e mais	8,1	8,1	11,8	11,1	11,0	9,6	9,4	9,2	8,6	8,0	7,7

Fonte: INE, *X* e *XI Recenseamentos Gerais da População* e *Inquérito Permanente ao Emprego.*

Evolução das taxas de actividade dos homens por grupos etários

(Estimativas — continente — 2.° semestre — percentagem)

(QUADRO N.° 19)

Grupos etários	1960	1970	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Total	83,1	58,8	56,2	56,9	57,6	56,9	57,0	56,0	58,5	56,8	56,3
10 a 14 anos	34,7	16,6	14,3	13,1	13,5	13,0	13,2	13,2	11,6	12,1	10,8
15 a 19 anos	85,8	77,5	72,1	69,1	66,4	67,3	67,4	67,1	70,3	68,4	65,0
20 a 24 anos	87,7	49,1	46,8	66,5	76,6	74,1	75,1	74,5	89,3	90,0	89,2
25 a 29 anos	96,6	93,7	92,1	94,3	94,8	94,1	94,8	95,3	94,6	94,1	94,9
30 a 34 anos	98,3	97,4	95,8	96,0	98,0	95,1	97,1	97,4	96,5	96,3	95,8
35 a 39 anos	98,0	97,3	95,6	96,1	96,6	95,8	97,0	95,7	96,9	96,7	96,3
40 a 44 anos	97,2	96,4	95,2	95,6	95,3	95,1	94,6	94,5	96,7	97,3	95,5
45 a 49 anos	96,1	94,8	95,3	94,0	94,9	93,3	93,4	93,2	93,0	93,7	94,7
50 a 54 anos	93,4	92,1	91,9	90,1	89,6	88,3	87,9	88,8	87,7	89,7	93,8
54 a 59 anos	89,3	87,2	85,7	82,4	82,9	82,7	80,8	81,9	82,1	76,8	77,4
60 a 64 anos	81,7	78,8	78,5	74,2	71,7	73,4	71,5	67,7	65,9	62,5	61,7
65 anos e mais	62,5	52,8	41,0	36,2	34,1	33,1	32,9	30,9	27,8	24,4	22,5

Fonte: INE, *X* e *XI Recenseamentos Gerais da População* e *Inquérito Permanente ao Emprego.*

Evolução das taxas de escolaridade e de actividade juvenil entre 1960 e 1980

(QUADRO N.º 20)

		1960				1970				1979			
		10-14	15-19	20-24	Total	10-14	15-19	20-24	Total	10-14	15-19	20-24	Total
Taxa de escolaridade	T	47,8	11,4	3,4	22,2	80,4	18,0	5,7	37,7	78,0	30,3	10,3	46,6
	H	51,1	13,0	4,3	24,7	82,3	18,6	5,6	39,5	80,2	29,4	9,4	41,2
	M	44,4	9,9	2,6	19,9	78,5	17,3	5,7	35,9	75,6	31,1	11,2	40,0
Taxa de actividade	T	21,9	56,6	56,4	44,1	13,7	61,2	47,6	39,5	11,5	61,7	72,7	47,6
	H	34,7	85,8	87,8	67,3	16,7	77,5	49,1	46,1	13,2	67,2	74,5	50,2
	M	8,9	28,5	27,5	21,2	10,6	45,7	46,3	33,2	9,7	56,2	71,0	45,0

Fonte: MT, *Relatório sobre Políticas de Emprego de Jovens.*

Evolução dos contribuintes, beneficiários activos e pensionistas

(QUADRO N.º 21)

População	1971	1975	1979	1981
Contribuintes	395 397	811 096	1 074 134	999 789
Beneficiários (activos)	2 813 854	3 288 654	3 641 957	3 748 683
Pensionistas	231 867	861 705	1 550 651	1 719 685
Pensão de invalidez	112 522	269 104	333 870	357 976(*a*)
Pensão de velhice	95 400	511 750	935 032	746 369(*a*)
Pensão social	—	—	83 939	384 844(*b*)
Pensão de sobrevivência	23 945	80 851	197 760	230 496

(*a*) Excluídos os pensionistas do regime transitório dos rurais.
(*b*) Incluídos os pensionistas do regime transitório dos rurais.

Fonte: INE, *Estatísticas da Segurança Social.*

Evolução da estru

(QUADRO N.º 22)

Desemprego		Ano									
		1974		1975		1976		1977			
		2.º semestre		2.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
		Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Procura do primeiro emprego	T	41	47,7	86	38,7	125	48,3	142	48,8	166	50,9
	H	21	51,2	41	47,7	57	45,6	55	38,7	64	38,5
	M	20	48,8	45	52,3	68	54,4	87	61,3	102	61,5
Procura de novo emprego	T	45	52,3	136	61,3	151	54,7	149	51,2	160	49,1
	H	23	51,0	87	64,0	93	61,6	87	58,5	84	52,5
	M	22	49,0	49	36,0	58	38,4	62	41,5	76	47,5
Total	T	86	100,0	222	100,0	276	100,0	291	100,0	326	100,0
	H	44	51,1	86	38,8	150	54,3	142	48,7	148	45,4
	M	42	48,9	136	61,2	126	45,7	159	51,3	178	54,6

Fonte: INE, *Inquérito Permanente ao Emprego.*

tura do desemprego

Ano															
1978				1979				1980				1981			
1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem
178	55,8	198	56,9	192	56,0	198	57,6	171	53,4	177	52,0	199	51,6	164	50,5
63	35,4	77	38,9	63	32,8	63	31,8	44	25,7	50	28,2	51	25,7	49	30,0
115	64,6	121	61,1	129	67,2	135	68,2	127	74,3	127	71,8	148	74,3	115	70,0
141	44,2	150	43,1	151	44,0	146	42,4	149	46,6	163	48,0	187	48,4	161	49,5
71	50,2	61	40,6	63	41,7	54	37,0	58	38,8	53	32,5	59	32,5	54	33,4
70	49,8	89	59,4	88	58,3	92	63,0	91	61,2	110	67,5	128	68,5	107	66,6
319	100,0	348	100,0	343	100,0	344	100,0	320	100,0	340	100,0	386	100,0	325	100,0
134	42,0	138	39,7	126	36,7	117	34,0	102	32,0	103	30,3	110	28,4	103	31,6
185	58,0	210	60,3	217	63,3	227	66,0	218	68,0	237	69,7	276	71,6	222	68,4

Distribuição percentual da população activa

(QUADRO N.º 23)

Sexo e grupo etário		1974	1975	1976	1977		1978	
					2.º semestre		2.º semestre	
Menos de 25 anos	T	75,3	60,7	65,5	68,3	100,0	70,8	100,0
	H	—	—	—	—	43,1	—	31,1
	M	—	—	—	—	57,9	—	62,9
Procura do primeiro emprego	T	89,1	90,3	89,2	91,9	100,0	92,3	100,0
	H	—	—	—	—	40,5	—	38,9
	M	—	—	—	—	59,5	—	61,1
Procura de novo emprego	T	62,5	42,0	46,0	44,0	100,0	41,7	100,0
	H	—	—	—	—	48,5	—	31,7
	M	—	—	—	—	51,1	—	68,3
Mais de 25 anos	T	24,7	39,3	34,5	31,7	100,0	29,2	100,0
	H	—	—	—	—	47,0	—	43,4
	M	—	—	—	—	63,0	—	56,6
Procura do primeiro emprego	T	10,9	9,7	10,8	8,1	100,0	7,7	100,0
	H	—	—	—	—	—	—	—
	M	—	—	—	—	—	—	—
Procura de novo emprego	T	37,5	58,0	54,0	56,0	100,0	58,3	100,0
	H	—	—	—	—	52,4	—	44,0
	M	—	—	—	—	47,1	—	50,0

Fonte: INE, *Inquérito Permanente ao Emprego.*

civil desempregada, por grupo etário e sexo

Ano													
1979				1980				1981				1982	
1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre	
65,7	100,0	67,5	100,0	65,5	100,0	67,2	100,0	61,5	100,0	66,5	100,0	62,1	100,0
—	35,3	—	33,2	—	40,0	—	30,3	—	32,3	—	32,5	—	29,4
—	64,7	—	66,8	—	60,0	—	69,7	—	67,7	—	67,5	—	70,6
87,2	100,0	88,1	100,0	87,9	100,0	89,0	100,0	80,1	100,0	88,1	100,0	83,8	100,0
—	33,5	—	32,7	—	26,7	—	30,7	—	28,6	—	29,8	—	24,6
—	66,5	—	67,3	—	73,3	—	69,3	—	71,4	—	70,2	—	75,4
37,5	100,0	39,1	100,0	39,6	100,0	43,3	100,0	41,4	100,0	44,6	100,0	44,2	100,0
—	40,7	—	34,5	—	38,6	—	29,4	—	40,0	—	38,0	—	36,9
—	59,3	—	65,5	—	61,4	—	70,6	—	60,0	—	62,0	—	63,1
34,3	100,0	32,5	100,0	34,5	100,0	32,8	100,0	38,5	100,0	33,5	100,0	37,9	100,0
—	39,2	—	32,1	—	30,8	—	27,8	—	20,0	—	24,3	—	17,5
—	60,8	—	67,9	—	69,2	—	72,2	—	80,0	—	75,7	—	82,5
12,8	100,0	11,9	100,0	12,1	100,0	11,0	100,0	19,9	100,0	11,9	100,0	16,2	100,0
—	28,6	—	21,7	—	15,0	—	—	—	10,2	—	21,1	—	9,1
—	71,4	—	78,3	—	85,0	—	—	—	89,8	—	78,9	—	90,9
62,5	100,0	60,9	100,0	60,4	100,0	56,7	100,0	58,6	100,0	55,3	100,0	55,8	100,0
—	42,3	—	34,8	—	34,5	—	31,3	—	23,6	—	29,5	—	19,6
—	57,7	—	65,2	—	65,5	—	68,7	—	76,4	—	70,5	—	80,4

Repartição da população activa civil desempregada à procura de novo emprego, por duração de desemprego

(2.° semestre — percentagem)

(QUADRO N.° 24)

Duração		1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Menos de 1 mês	HM	4,4	5,1	2,0	3,1	3,3	6,2	6,1	6,8	9,4
	H	—	—	—	—	4,9	9,3	7,5	12,9	10,3
De 1 a menos de 3 meses	HM	38,0	16,2	6,0	7,4	4,0	11,0	11,0	13,0	13,5
	H	—	—	—	—	6,6	16,7	13,2	22,2	20,7
De 3 a menos de 6 meses	HM	18,0	15,4	8,0	10,0	7,3	6,8	10,4	11,2	9,4
	H	—	—	—	—	9,8	9,3	11,3	9,3	12,1
De 6 a menos de 12 meses	HM	15,6	25,0	18,5	13,8	12,0	12,3	11,0	14,3	14,1
	H	—	—	—	—	14,8	16,7	15,1	12,9	19,0
1 ano e mais	HM	20,0	38,0	64,0	65,0	71,3	62,3	60,1	53,4	52,4
	H	8,8	21,3	38,4	33,8	60,7	46,3	49,1	40,7	32,8
Total	HM	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	H	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, *Inquérito Permanente ao Emprego.*

Repartição da população activa civil desempregada à procura de novo emprego, por grandes grupos de profissões e sexo

(2.º semestre — percentagem)

(QUADRO N.º 25)

Sector de actividade económica		1974	1975	1976	1977	1978		1979		1980		1981		1982	
Empregados de escritório	HM	20,0	18,4	17,2	11,8	14,7	100,0	12,9	100,0	14,7	100,0	15,5	100,0	10,0	100,0
	H	—	—	—	—	—	31,8	—	38,9	—	29,2	—	20,0	—	17,6
Comerciantes e vendedores	HM	6,6	8,0	11,3	9,4	8,7	100,0	8,6	100,0	8,6	100,0	8,7	100,0	11,8	100,0
	H	—	—	—	—	—	30,8	—	25,0	—	21,4	—	35,7	—	25,0
Trabalhadores especializados nos serviços	HM	11,1	11,0	12,0	13,8	17,3	100,0	17,1	100,0	15,3	100,0	15,5	100,0	21,2	100,0
	H	—	—	—	—	—	30,8	—	20,8	—	16,0	—	16,0	—	11,1
Operários não agrícolas	HM	46,6	48,5	48,3	50,0	48,7	100,0	52,9	100,0	45,4	100,0	45,9	100,0	41,2	100,0
	H	—	—	—	—	—	47,9	—	43,2	—	44,6	—	44,6	—	57,1
Agricultores, pescadores e afins	HM	2,2	3,0	2,6	4,4		—		—		—				
	H	—	—	—	—		—		—		—				
Especialistas das profissões científicas, técnicas e liberais	HM	4,4	6,6	5,3	7,5	8,0	100,0	10,0	100,0	14,7	100,0	11,8	100,0	14,1	100,0
	H	—	—	—	—	—	33,3	—	21,4	—	16,7	—	15,8	—	17,5
Outros	HM	—	1,5	2,0	—		—		—		—				
	H	—	—	—	—		—		—		—				
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	—	100,0	—	100,0	—	100,0	—	100,0	—

Fonte: INE, *Inquérito Permanente ao Emprego.*

Repartição da população activa civil desempregada à procura de novo emprego, por sector de actividade económica

(2.º semestre — percentagem)

(QUADRO N.º 26)

Sector de actividade económica	1974	1975	1976	1977	1978		1979		1980		1981		1982	
					HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Sector primário	2,5	3,03	2,7	4,5	3,3	3,3	4,8	3,7	9,8	3,8	8,1	1,9	11,1	3,4
Agricultura, pecuária e caça	2,5	3,03	2,74	4,51	3,3	3,3	4,8	3,7	9,2	1,9	8,1	1,9	10,5	3,4
Restantes actividades	—	—	—	—	—	—	—	—	0,6	1,9	—	—	0,6	—
Sector secundário	52,5	49,2	49,3	48,4	48,0	47,5	52,7	55,6	45,9	54,7	47,5	53,7	40,0	53,4
Indústrias transformadoras	40,0	31,8	34,3	34,8	40,0	27,9	43,8	33,3	37,4	30,2	39,8	33,3	30,0	29,3
Electricidade, gás e água	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,6	—
Construção e obras públicas	12,5	17,4	15,1	13,6	8,0	19,7	8,9	22,2	8,0	24,5	7,5	20,4	9,4	24,1
Sector terciário	45,0	47,7	47,9	47,1	45,3	37,7	39,0	33,3	40,6	34,0	40,5	33,5	46,0	32,7
Comércio por grosso e a retalho, restaurantes e hotéis	17,5	19,7	21,2	18,7	19,3	16,4	19,2	14,8	17,2	15,1	17,4	16,7	22,9	17,2
Transportes, armazenagem e comunicações	2,5	3,8	4,10	3,9	4,7	8,2	2,1	5,6	2,5	5,7	1,9	1,9	2,4	5,2
Bancos, seguros e operações sobre imóveis	5,0	3,8	4,79	2,6	3,3	3,3	1,4	1,9	1,8	1,9	1,9	1,9	1,8	1,7
Administração pública e defesa nacional	2,5	5,3	4,11	1,9	3,3	3,3	2,7	3,7	3,1	1,9	1,9	1,9	2,4	1,7
Serviços de educação	—	4,6	2,1	5,2	3,3	—	4,1	—	4,3	1,9	1,9	—	1,8	—
Outros serviços e restantes actividades	17,5	9,8	10,9	14,2	11,4	6,6	9,6	7,4	11,9	7,5	15,5	11,1	14,7	6,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, *Inquérito Permanente ao Emprego.*

Distribuição da procura do primeiro emprego juvenil, por grau de instrução, grupo etário e sexo

(QUADRO N.º 27)

Níveis de instrução		Ano e grupo etário											
		1979 — 2.º semestre				1981 — 1.º semestre				1982 — 1.º semestre			
		10-14	15-19	20-24	Total	10-14	15-19	20-24	Total	10-14	15-19	20-24	Total
Lê e escreve sem a 4.ª classe	T	—	—	—	5 000	1 000	2 000	1 000	4 000	1 000	—	—	1 000
	H	—	—	—	2 000	—	—	—	—	—	—	—	—
	M	—	—	—	3 000	1 000	2 000	1 000	4 000	—	—	—	—
Ensino (primário) básico	T	—	—	—	124 000	16 000	61 000	31 000	108 000	16 000	43 000	31 000	90 000
	H	—	—	—	40 000	7 000	18 000	4 000	29 000	7 000	13 000	4 000	24 000
	M	—	—	—	84 000	9 000	43 000	27 000	79 000	9 000	30 000	27 000	66 000
Ensino secundário	T	—	—	—	36 000	—	10 000	29 000	39 000	—	8 000	18 000	26 000
	H	—	—	—	11 000	—	5 000	7 000	12 000	—	1 000	3 000	4 000
	M	—	—	—	25 000	—	5 000	22 000	27 000	—	7 000	15 000	22 000
Ensino superior	T	—	—	—	1 000	—	—	1 000	1 000	—	—	1 000	1 000
	H	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	M	—	—	—	1 000	—	—	1 000	1 000	—	—	1 000	1 000
Total	T	—	—	—	166 000	17 000	73 000	62 000	152 000	17 000	51 000	50 000	118 000
	H	—	—	—	53 000	7 000	23 000	11 000	41 000	7 000	14 000	7 000	28 000
	M	—	—	—	113 000	10 000	50 000	51 000	111 000	10 000	37 000	43 000	90 000

Fonte: INE, *Inquérito Permanente ao Emprego*, in J. Silva Pereira, *Emprego e Formação Profissional dos Jovens*, Lisboa, ed. do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1983.